IBGE - FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

DPE - DIRETORIA DE PESQUISAS

O DEPARTAMENTO DE COMÉRCIO E SERVIÇOS E A III CONFERÊNCIA NACIONAL DE ESTATÍSTICA

NÚMERO 23 DEZEMBRO DE 1989

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

PRESIDENTE:

Charles Curt Mueller

DIRETOR GERAL:

David Wu Tai

DIRETOR DE PESQUISAS:

Lenildo Fernandes Silva

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE COMÉRCIO E SERVIÇOS:

Eduardo Luiz de Mendonça

CHEFE DA DIVISÃO DE PLANEJAMENTO E ESTUDOS:

Mauro Sinder

CHEFE DA DIVISÃO DE PESQUISAS:

Guilhermina P. L. Silva

O DEPARTAMENTO DE COMÉRCIO E SERVIÇOS E A III CONFERÊNCIA NACIONAL DE ESTATÍSTICA

ELABORAÇÃO

. Angela Filgueiras Jorge

. Eduardo Luis de Mendonça

. Fania Goltsman Izhaki

. Mauro Sinder

. Roberto Neves Sant'Anna

. Rosa Maria Defense Leotte

. Sandra de Carlo

PARTICIPAÇÃO

. João Fernando Moura Vianna

. Renato Luiz Mello de Oliveira

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO 3

1 - INTRODUÇÃO 4

1.1 - O IBGE E O PLANO GERAL DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOGRÁFICAS 4

1.2 - O DEPARTAMENTO DE COMÉRCIO E SERVIÇOS 6

1.3 - ELEMENTOS GERAIS DE DISCUSSÃO 8

2 - COMÉRCIO 9

2.1 - COMÉRCIO COMO OBJETO DE ESTUDO DA ANÁLISE ECONÔMICA 10

2.1.1 - Enfoque Macroeconômico 10

2.1.2 - Enfoque Setorial 11

2.1.3 - Estudo dos Canais de Distribuição 15

2.1.4 - Análise do Comércio como Aproximação da Evolução do Consumo 16

2.2 - DISPONIBILIDADE DAS INFORMAÇÕES 16

2.2.1 - Levantamentos do IBGE 17

2.2.2 - Outros Levantamentos 20

2.3 - PROPOSTAS PARA DISCUSSÃO 22

2.3.1 - Instrumentos de Base 22

2.3.2 - Levantamentos Estatísticos 23

3 - TRANSPORTES 25

3.1 - DISPONIBILIDADE DAS INFORMAÇÕES 25

3.1.1 - Levantamentos do IBGE 25

3.1.2 - Outros Levantamentos 30

3.2 - PROPOSTAS PARA DISCUSSÃO 31

4 - SERVIÇOS 33

4.1 - QUESTÕES CONCEITUAIS 34

4.1.1 - Delimitação do Setor 34

4.1.2 - Classificação de Atividades 34

4.1.3 - Unidade de Investigação 36

4.2 - DISPONIBILIDADE DAS INFORMAÇÕES 36

4.2.1 - Levantamentos do IBGE 36

4.2.2 - Outros Levantamentos 40

4.3 - PROPOSTAS PARA DISCUSSÃO 45

O DECSE E A III CONFEST

1 - APRESENTAÇÃO

Quando houve a transformação do IBGE em Fundação e a instituição do Plano Nacional de Estatística (PNE) pelo Decreto nº 161 de 13 de fevereiro de 1967, ficou estabelecido que a FIBGE realizaria, com periodicidade máxima de três anos, as Conferências Nacionais de Estatística, bem como as de Geografia e Cartografia, com o objetivo de examinar com representantes dos Ministérios, Governos Estaduais e outras entidades públicas e privadas, produtores ou usuários de estatísticas e de informações geográficas e cartográficas, os programas das respectivas atividades.

Para além disso, a realização da III CONFEST, independente de corresponder ao atendimento de uma norma legal, reveste-se de fundamental importância por vários motivos, dentre eles:

- o excessivo espaço de tempo decorrido desde a realização da última Conferência;
- as profundas mudanças ocorridas na sociedade brasileira nos últimos quinze anos do ponto de vista político, econômico e social, com reflexos sobre as necessidades de informações estatísticas;
- o novo ordenamento institucional, que, a par da reorganização do sistema federativo, que atribui maior autonomia aos Estados e Municípios, estabelece novas formas de relacionamento entre o Estado e os indivíduos, bem como novas formas de regulamentação econômica.

Em termos operacionais, a Conferência está organizada em grupos temáticos, sob a responsabilidade dos Departamentos que têm estes temas como objeto de trabalho.

Assim, naturalmente, está a cargo do Departamento de Comércio e Serviços (DECSE) a coordenação dos grupos temáticos Comércio, Transportes e Serviços. Para subsidiar os trabalhos destes grupos, foi elaborado o presente texto, composto de uma parte introdutória comum e de partes específicas referentes, resumidamente, à trajetória do IBGE desde sua fundação, ressaltando a elaboração dos planos estatísticos de sua responsabilidade, a criação do DECSE e a evolução das pesquisas nas áreas de sua atribuição. Em seguida, discute-se o conceito de sistema estatístico e procura-se delimitar o chamado setor terciário da economia, com o objetivo de dar marcos para o melhor acompanhamento dos tópicos específicos da segunda parte do texto. Estes, basicamente, apresentam a situação atual da produção de estatísticas pelo IBGE e outras instituições e lançam para debate o que já se tem elaborado no

sentido de complementá-los com outras, dentro de uma perspectiva de sistemas integrados.

1 - INTRODUÇÃO

1.1 -O IBGE E O PLANO GERAL DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOGRÁFICAS - PGIEG[1]

O Instituto Nacional de Estatística, do qual o IBGE se originou, foi criado pelo Decreto nº 24609, de 6 de julho de 1934, visando assegurar a unidade de um esquema coordenador dos levantamentos estatísticos que eram então realizados com critérios e formas diferentes por cada Estado e forneciam resultados muitas vezes conflitantes. Buscava-se, à época, assegurar os princípios constitucionais que garantiam liberdade e direito, tanto à União quanto aos Estados e Municípios, de organizarem seus sistemas administrativos próprios, neles se incluindo a organização da estatísticas, e ao mesmo tempo, assegurar a unidade de um esquema coordenador - este o ponto de partida da modelagem futura do sistema estatístico brasileiro.

Em 1933, uma Comissão Interministerial estudou a organização do aparelhamento da estatística no país. Do trabalho desta comissão surgiu a proposta de criação do Instituto Nacional de Estatística, criado no ano seguinte. Em 24 de março de 1937 foi instituído o Conselho Brasileiro de Geografia e em 26 de janeiro de 1938 foram reunidos o Instituto e o Conselho que, juntos, formaram o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Para por em prática as medidas necessárias à implantação do Instituto, principalmente as que diziam respeito à filiação efetiva ao Sistema Estatístico Nacional, por ele comandado, foi convocada a Convenção Nacional de Estatística, com a participação de delegados do Governo Federal e dos Estados da República Federativa.

A Convenção celebrou o acordo entre a União, de um lado, e os Estados, Municípios e entidades privadas, de outro, através de instrumento que dispôs sobre as bases para constituição e regulamentação do Conselho Nacional de Estatística, os compromissos do governo federal, dos governos regionais e os compromissos comuns.

Em 1939, a Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística definiu os "princípios fundamentais do regime atual da estatística brasileira" que regeram as Campanhas Estatísticas Anuais e os Censos até 1960.

A década de 60 trouxe profundas modificações para as Estatísticas Nacionais. Na primeira metade da década, pela necessidade, nova à época, de se obterem estatísticas essenciais ao planejamento econômico e social do país. Foi criada, em 1961, a Comissão Nacional de Planejamento - COPLAN, diretamente ligada à Presidência da República e que tinha por finalidade resumir, coordenar e/ou realizar os estudos e levantamentos necessários ao planejamento plurianual do desenvolvimento econômico e social do país e coordenar e harmonizar, em planos gerais e setoriais, os progra-

mas e projetos elaborados por órgãos públicos ou entidades privadas. Entre os grupos de trabalho da COPLAN, foi criado um para estudar um plano de ampliação e atualização dos levantamentos estatísticos nacionais, que constatou que a coordenação técnica do IBGE se encontrava bastante prejudicada pela existência dos Serviços Federais de Estatística, pertencentes a órgãos diferentes da Administração Pública e sugeriu a centralização no IBGE de algumas pesquisas e a criação de Delegacias e Agências Regionais de Estatística.

O Grupo de Trabalho da COPLAN encerrou suas atividades em novembro de 1962, apresentando um esboço do Plano Nacional de Estatística, definindo os setores básicos a serem pesquisados, a profundidade e a periodicidade dos levantamentos. Propôs periodicidade quinquenal para os Censos Econômicos, afirmou a possibilidade do IBGE delegar atribuições de sua exclusiva competência e tratou da obrigatoriedade e do sigilo das informações para fins estatísticos.

Na segunda metade da década de 60, em 1967, o IBGE transformou-se em Fundação IBGE, tendo como meta prioritária a execução do Plano Nacional de Estatísticas Básicas - PNEB, realizando-se no Rio de Janeiro, de 29 de maio a 4 de junho de 1968 a I CONFEST, quando aprovou-se o Plano segundo um roteiro onde se relacionavam, distintamente, as estatísticas primárias e derivadas. Para cada pesquisa indicou-se a periodicidade e o âmbito geográfico.

O PNEB foi avaliado na II CONFEST, em dezembro de 1972, concluindo-se pela necessidade de mudanças, que foram institucionalizadas em 1974, quando foi substituído pelo Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas - PGIEG, instrumento de orientação das atividades de produção das informações.

Neste plano estavam previstos, na área do Departamento de Comércio e Serviços (DECSE), os seguintes levantamentos:

1 - Comércio e prestação de serviços

1.1 - Características de organização e operação das empresas e dos estabelecimentos

a. Quinquenal
b. Municípios

1.2 - Características selecionadas

a. Anual
b. Áreas especiais

1.3 - Comércio Exterior

1.3.1 - Mercadorias (quantidade e valor)

a. Mensal
b. Nacional

1.3.2 - Serviços

a. Trimestral
b. Nacional

1.4 - Comércio por cabotagem e vias internas (quantidade e valor)

a. Anual
b. Estados, DF e Territórios

2 - Comunicações, Transportes e Armazenagem

2.1 - Comunicações

2.1.1 - Características de organização e operação das empresas

a. Quinquenal
b. Estados, DF e Territórios

2.1.2 - Receita

a. Anual
b. Nacional

2.2 - Transportes

2.2.1 - Movimento de passageiros e cargas

a. Anual
b. Nacional

2.3 - Armazenagem

2.3.1 - Características de organização das empresas e estabelecimentos

A. a. Quinquenal
b. Estados, DF e Territórios

B. a. Anual
b. Estados, DF e Territórios

1.2 - O DEPARTAMENTO DE COMÉRCIO E SERVIÇOS

O atual Departamento de Comércio e Serviços (DECSE), ligado à Diretoria de Pesquisas do IBGE, foi criado em 1986, a partir da junção da Divisão de Comércio e Serviços do Departamento de Censos e da Divisão de Comércio e Serviços do Departamento de Estatísticas Contínuas, dentro de uma orientação de reunir sob responsabilidade única as pesquisas censitárias (quinquenais), com as pesquisas contínuas, de menor periodicidade, desde o seu planejamento até sua divulgação final.

Tal fato, aliado ao enorme esforço necessário à execução de um censo bastante diferenciado do anterior, conferiram uma nova

racionalidade às iniciativas do IBGE nas áreas de atribuição do Departamento.

Assim, os Inquéritos Especiais das Instituições Financeiras, de Seguros e Capitalização e de Telecomunicações - antes conduzidos em paralelo ao Censo - foram suspensos, evitando duplicação de esforços, pois o Banco Central, o IRB e a Telebrás já levantavam parte significativa dos dados ali coletados. O Inquérito Especial sobre as diversas modalidades de transporte, foi transformado e agrupado num censo específico desta atividade.

A Pesquisa de Comércio Interestadual por Vias Internas (CIVI) por sua vez, foi paralisada por motivos que, dada a sua importância para as Estatísticas Regionais, valem ser resumidamente apresentadas.

Esta pesquisa passou a ser apurada pelo IBGE a partir de 1968, com base na 2ª via das notas fiscais ou do relatório mensal das notas fiscais (notas-resumo) entregues nas agências pelos informantes. No entanto, um conjunto de fatores levou a que apenas se tenha podido alcançar resultados para a Guanabara em 1976 e o Estado do Rio, em 1980. Entre estes fatores destacam-se os seguintes:

- volume considerável de documentos a apurar, ainda que utilizando-se de amostra aleatória para a realização das pesquisas;
- inexistência de recursos humanos compatíveis com a dimensão do projeto;
- dificuldade de obtenção das informações necessárias nas notas fiscais.

Em síntese, a experiência do IBGE com o CIVI apontou alguns problemas estruturais que, se não resolvidos adequadamente, impedem a realização da pesquisa, tal como ela era concebida:

- inexistência de um cadastro de informantes da pesquisa
- inadequação dos instrumentos de coleta

Quanto ao primeiro problema, deve-se lembrar que os informantes entregam as 2ª vias das notas fiscais ao IBGE que, sem um cadastro de informantes não tem como realizar um efetivo controle, permitindo assim a evasão de informantes.

No que diz respeito à inadequação dos documentos de coleta, a nota fiscal e a nota-resumo, observam-se os seguintes problemas:

- a descrição das mercadorias nem sempre é clara;
- o peso é na maioria das vezes omitido ou, quando informado, nem sempre permite uma padronização adequada das unidades de medida;
- os preços não apresentam uniformidade na sua valoração, ou seja, não se sabe se incluem ou não impostos, seguros, fretes ou margens de comercialização.

Já a Pesquisa de Meios de Hospedagem, foi suspensa a princípio pela necessidade de concentrar os recursos de planejamento na realização do Censo. Avaliou-se que se poderia depois empreender sua reformulação, principalmente no sentido de incluir novas variáveis econômico-financeiras e selecionar melhor as variáveis físicas a serem pesquisadas. No entanto, a decisão de investir na montagem de sub-sistemas estatísticos integrados, começando-se pelo Comércio, adiou esta revisão para ser discutida no contexto da montagem do sub-sistema de Serviços.

Por outro lado, em termos de realização, a par da elaboração do próprio Censo, foi possível fazer a reformulação da Pesquisa Anual do Transporte Rodoviário - com o levantamento de 1986/87 em fase de edição e o de 1988 em início de coleta - e ainda implantar a Pesquisa Anual de Comércio, ora em processo de coleta para o ano base de 1988.

1.3 - ELEMENTOS GERAIS DE DISCUSSÃO

Nesse documento optou-se por discutir, em capítulos específicos por área de atuação do DECSE, o quadro atual das estatísticas e propostas para seu aperfeiçoamento. O setor terciário foi subdividido em 3 grandes áreas que abrangem o Comércio, os Transportes e os Serviços em geral. Destes últimos estão excluídos as instituições financeiras e seguradoras, a administração pública, a educação e saúde que são objeto de grupos de trabalho específicos nesta conferência. Da mesma forma o Comércio Exterior no que diz respeito ao Comércio.

A opção de trabalhar separadamente as 3 áreas do terciário deriva da heterogeneidade do setor, quanto ao desempenho e comportamento econômico, formas de organização da produção, que se expressa na especialização tanto das estatísticas e estudos quanto dos estudiosos. Cada capítulo desse documento e cada grupo de trabalho coordenado pelo DECSE na CONFEST procurará aprofundar as discussões, dentro da especificidade do Comércio, Transportes e demais Serviços. Esse aprofundamento, no entanto, não pode deixar de levar em consideração a necessidade de se ter uma visão de conjunto do setor. O papel de terciário nas economias tanto em termos de geração de renda quanto de emprego é cada vez mais relevante. Em consequência cada vez mais aumentam as pressões por dados estatísticos capazes de permitir a produção de estudos necessários ao conhecimento da realidade brasileira, visando especialmente o planejamento econômico. Essa tarefa nos impõe caminhar, dentro e fora do IBGE, para uma melhor estruturação das estatísticas .

Parece útil mencionar, ainda que resumidamente, os elementos básicos de um sistema estatístico para que os grupos de trabalho possam discutir a validade e as alternativas para sua construção em cada área e para o terciário como um todo.

Os instrumentos básicos indispensáveis de um sistema estatístico são os cadastros e as classificações. Nos levantamentos econômicos, os cadastros devem fornecer um inventário permanente

de empresas, estabelecimentos e outros agentes que exerçam a atividade. As classificações consideram categorias diferenciadas de agentes produtores, produtos, mão-de-obra, remuneração, bens de capital, etc. Os critérios para construção das classificações são variados segundo o problema que se quer estudar e a abordagem que se quer dar. No entanto, é a partir do uso de classificações homogêneas nos diferentes levantamentos estatísticos de um setor de atividade e dos diferentes setores de atividade dentro de um instituto de estatística que se dá a possibilidade de se criar um sistema estatístico.

Os levantamentos estatísticos que variam em periodicidade, abrangência, conteúdo, método de levantamento, método de apuração e crítica, são instrumentos fundamentais dos sistemas estatísticos. Geralmente, estes são estruturados baseando-se em levantamentos censitários, levantamentos amostrais e na utilização de dados provenientes de registros administrativos. Estes últimos apresentam utilidade estatística embora não tenham sido elaborados para tal (formulários fiscais, registros de importação, etc).

Os produtos desses levantamentos podem ser divulgados através de publicações (gerais ou específicas) e mais recentemente através de meios eletrônicos (disquetes, bancos de dados, arquivos especiais). Além do produto divulgado, os institutos de estatística possuem arquivos para usuários (base de dados) que podem, até certo ponto, ser acessados.

Além disso, a maioria dos sistemas estatísticos divulga sínteses macroeconômicas que variam desde indicadores de conjuntura (índices de preços, de produção física, etc.) até sistemas de Contas Nacionais.

Caminhar em direção à estruturação de um sistema estatístico significa, pois, discutir o quadro atual das estatísticas em cada setor descrevendo os levantamentos realizados, dentro e fora do IBGE, no que toca a seus elementos essenciais: cadastro, classificações, periodicidade, abrangência, unidade de investigação, conteúdo e divulgação, dentre outros, no sentido de integrá-los, em diferentes níveis, dentro de uma perspectiva mais sistêmica. Como fazê-lo e quais os caminhos possíveis, é o que se coloca como tema em discussão a cada grupo de trabalho nessa CONFEST.

2 - COMÉRCIO

Nos sistemas econômicos atuais, a comercialização dos bens produzidos é atividade de importância e dinamismo reconhecidos. Tão relevante quanto produzir é tornar o bem disponível para consumo. O sistema de comercialização atende aos consumidores realizando as atividades necessárias para mudar os bens de lugar (transporte); alterar sua apresentação (embalagem) e conservá-los no tempo (armazenagem), o que pode ou não pressupor mudança de posse da mercadoria durante o processo.

A atividade de comercialização é exercida por um amplo espectro de agentes econômicos que abrange os produtores dos bens (venda direta), as empresas comerciais formalmente constituídas para tal fim , bem como a atividade de autônomos e de empresas não regularizadas, além de estabelecimentos pertencentes a empresas que têm como atividade principal a prestação de serviços, transporte ou construção civil. O Censo Comercial de 1985, que descreveu a atividade comercial exercida por empresas inscritas no Cadastro Geral de Contribuintes ou que tivessem trabalhadores assalariados contratados, pesquisou 722.903 estabelecimentos que ocupavam 3.695.785 pessoas e faturavam Cr$ 726.827 bilhões (aproximadamente US$ 117.137 bilhões de dólares convertidos à taxa média de 1985). O que significa dizer que a atividade comercial formalizada ocupava 9,7% do total de pessoas economicamente ativas não agrícolas e faturava 33,2% da receita total pesquisada pelo Censo para 1985. As estimativas do porte e importância da atividade exercida por autônomos ou empresas não registradas no Brasil, ainda são precárias e não dão conta de refletir as variações conjunturais que, quase por definição, caracterizam tal segmento. O IBGE, com base nos Censos Econômicos e Demográfico de 1980, estimou em 12,2% o volume da atividade que é gerada por essa parcela de comerciantes autônomos e não registrados face ao restante do comércio[8].

2.1 - COMÉRCIO COMO OBJETO DE ESTUDO DA ANÁLISE ECONÔMICA

O comércio como objeto de análise econômica pode ser abordado por diferentes ângulos. O interesse pode estar em descrevê-lo enquanto parte de um quadro mais abrangente da vida econômica (ENFOQUE MACROECONÔMICO); enquanto setor produtivo em si (ENFOQUE SETORIAL); dando relevo à sua influência enquanto formador dos preços dos bens a nível do consumo (CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO); ou como medida aproximada de consumo (ENFOQUE CONJUNTURAL). Essas formas variadas de enfocar o comércio serão expostas mais detalhadamente a seguir e são fundamentais na discussão do conteúdo de um Sistema Estatístico de Comércio.

Cada uma destas possíveis abordagens pode implicar em priorizar variáveis explicativas diferenciadas, a partir de concepções diversas dos levantamentos, que passam pela definição da unidade de investigação, abrangência e periodicidade. A concepção de um sistema estatístico para o comécio deve promover a integração das estatísticas básicas e indicadores produzidos com objetivos específicos, garantindo sua complementariedade através de elementos homogêneos fundamentais como definição de variáveis, classificações, etc. .

2.1.1 Enfoque Macroeconômico

O comércio pode ser analisado enquanto um setor produtivo homogêneo, dentro de uma visão sistêmica macroeconômica. As Contas Nacionais, quadro de referência que sintetiza esta abordagem, descrevem cada setor produtivo através dos fluxos econômicos a ele ligados e que, conceitualmente, dão conta de descrever a vi-

da econômica do país. O quadro abaixo apresenta, como ilustração, a participação do comércio em alguns dos principais agregados macroeconômicos estimados para 1980.

AGREGADO	%
PIB (a custo de fatores)	12,5
SALÁRIOS	9,1
EXCEDENTE OPERACIONAL	15,6
FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO	2,6

As Contas Nacionais, enquanto quadro de referência para o Sistema Estatístico, apresentam a principal vantagem de permitir uma visão sistêmica de estruturas de produção, acumulação e apropriação de diferentes atividades. A garantia dessa visão se dá através da definição de operações homogêneas e de estimativas coerentes das operações realizadas entre agentes econômicos e setores produtivos. A integração de informações, característica do Sistema de Contas Nacionais, resulta num teste de coerência de estimativas provenientes de diferentes fontes e levantamentos de dados.

Se por um lado, esta abordagem tem a vantagem de possibilitar uma visão sintética e de garantir a coerência dos fluxos estimados, por outro lado, implica em trabalhar com níveis agregados de informações. Questões que impliquem em desagregação dos agentes econômicos segundo tamanho e localização espacial, por exemplo, ou dos fluxos estimados, só marginalmente são considerados no sistema de Contas Nacionais.

2.1.2. Enfoque Setorial

Uma segunda possibilidade de abordar o comércio tem como quadro de referência a descrição microeconômica da atuação dos vários segmentos que compõem o setor. Trata-se de explorar a diversidade de lógicas de organização da produção que o caracterizam, investigando, por exemplo, o atacadista e o varejista; o varejo especializado (açougue, padaria, etc.) e o grande varejista de mercadorias em geral (supermercado, lojas de departamentos); o exportador e o vendedor para o mercado interno, etc. Esse tipo de abordagem vem se desenvolvendo rapidamente dada a sua importante contribuição para a compreensão do funcionamento do setor, tanto para o planejamento governamental como para os próprios empresários.

As análises setoriais podem desenvolver-se segundo ângulos de abordagem distintos que têm implicações diferenciadas quanto às demandas de estatistcas básicas, seja quanto à classificação dos agentes econômicos, seja quanto à desagregação das operações.

Procurar descrever a atividade comercial considerando vendedores com diferentes situações jurídicas, porte, localização,

formas de organização e predominância de produtos vendidos implica na criação de classificações dos comerciantes e da atividade comercial. Por outro lado, se o objetivo é captar comportamentos econômicos diferenciados quanto à política de compra, relacionamento com fornecedores, emprego e remuneração de mão-de-obra, vendas, promoção de vendas ou qualquer outra variável relevante no comércio, isso implica definir que variáveis devem ser pesquisadas para dar conta de descrever essas características.

As tabelas, a seguir, selecionadas do Censo Comercial de 1985, permitem uma visão de comércio segundo classes - varejo e atacado e por tipo de mercadorias predominantemente comercializadas (gênero). Os resultados apresentados refletem a importância relativa do comércio varejista e atacadista e a diferença de organização da produção existente entre eles.

O varejo reúne 93,6% dos estabelecimentos e 85,6% do pessoal ocupado no comércio, uma vez que se estrutura em pontos de venda, em geral, tão próximos do consumidor quanto possível. Os estabelecimentos varejistas apresentam, ainda, grande diversificação do porte médio de acordo com o gênero de atividade. O comércio atacadista, caracterizado por estabelecimentos maiores que os do varejo, responde por 44,1% do total da receita de vendas sendo que nos gêneros produtos alimentícios, combustíveis e lubrificantes e produtos extrativos, concentram-se mais de 50% das vendas por atacado.

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE VARIÁVEIS SELECIONADAS

INDICADORES PARA ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS VAREJISTAS
SEGUNDO GÊNEROS DO COMÉRCIO
BRASIL
1985

CLASSE E GÊNERO	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	PESSOAL OCUPADO EM 31/12/85	SALÁRIOS E RETIRADAS	RECEITAS DE VENDAS	PESSOAL OCUP. POR ESTAB.	VENDA MÉDIA POR ESTAB.
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	5,11	1001,11
VAREJO	93,6	85,6	76,1	55,9	4,67	597,79
BENS DE CONSUMO NAO-DURÁVEIS						
PRODUTOS ALIMENTARES	38,1	18,5	12,0	6,5	2,48	170,46
MERCADORIAS C/ ALIMENT.	2,4	10,7	9,6	9,9	23,15	4216,63
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	3,0	4,7	4,8	7,6	7,91	2509,52
FARMÁCIA E OUTROS QUIM.	6,1	5,1	4,3	2,7	4,27	438,66
TECIDOS E ARTIGOS DE VESTUÁRIO	17,9	15,5	12,3	5,9	4,42	328,44
PAPELARIAS E LIVRARIAS	1,9	1,5	1,3	0,6	4,15	299,81
ARTIGOS DIVERSOS	5,7	4,1	3,3	1,3	3,68	238,08
BENS DE CONSUMO DURÁVEIS						
VEÍCULOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS	5,4	7,6	9,7	9,0	7,12	1651,23
MÁQUINAS E ARTIGOS DOMÉSTICOS	4,0	5,5	6,0	3,5	6,97	875,02
OUTRAS MÁQUINAS E APARELHOS	1,3	2,1	3,1	2,4	7,99	1807,07
DEMAIS GÊNEROS						
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	6,7	7,4	6,7	4,7	5,61	710,32
MERCADORIAS EM GERAL S/ALIMENTAÇÃO	0,3	2,6	2,8	1,7	39,35	5035,98
ARTIGOS USADOS	0,7	0,4	0,3	0,1	2,88	150,95

FONTE: CENSO COMERCIAL

INDICADORES PARA ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS ATACADISTAS
SEGUNDO GENEROS DE COMERCIO

DISTRIBUICAO PERCENTUAL DE VARIAVEIS SELECIONADAS

BRASIL
1985

CLASSES E GENEROS	NUMERO DE ESTAB.	PESSOAL OCUPADO EM 31/12/85	SALARIOS E RETIRADAS	RECEITAS DE VENDAS	PESSOAL OCUPADO POR ESTAB	VENDAS MEDIAS POR ESTAB.
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	5,11	1001,11
ATACADO	6,4	14,5	24,0	44,1	11,59	6927,15
PRODUTOS EXTRATIVOS	0,9	1,6	2,3	4,8	9,45	5650,67
PRODUTOS ALIMENTICIOS	2,5	4,9	6,0	12,1	10,08	4902,69
FARMACEUTICOS E OUTROS QUIMICOS	0,4	1,3	2,4	2,7	15,72	6197,09
FIOS, TECIDOS, VESTUARIO	0,5	1,0	1,2	1,7	9,60	3212,50
MAQUINAS E ARTIGOS DOMESTICOS	0,1	0,3	0,5	0,6	15,10	7567,31
MATERIAIS DE CONSTRUCAO	0,5	1,6	2,9	3,0	12,79	4639,32
VEICULOS, PECAS E ACESSORIOS	0,2	0,6	1,1	1,5	17,68	8260,17
MAQ.E AP.USO PROFISSIONAL	0,2	0,6	1,3	1,0	13,81	4693,64
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	0,2	0,6	2,4	12,3	19,40	75 487,76
PAPEL, ARTEFATOS, LIVROS	0,2	0,5	0,9	0,9	13,93	4817,43
MERCADORIAS COM ALIMENTOS	0,1	0,6	1,6	2,3	45,11	36.226,67
MERCADORIAS SEM ALIMENTOS	0,0	0,1	0,2	0,3	18,18	9345,29
ARTIGOS DIVERSOS	0,3	0,5	0,7	0,6	8,97	2240,29
ARTIGOS USADOS	0,3	0,4	0,4	0,4	7,57	1546,61

FONTE: CENSO COMERCIAL

2.1.3. Estudo dos Canais de Distribuição

Um terceiro ângulo de abordagem do comércio relaciona-se ao papel que ele exerce na economia como componente dos canais de distribuição que unem produtores e consumidores. O entendimento de como o comércio influencia a formação de preços, de uma mercadoria ou de um conjunto de mercadorias, é o objetivo destas análises.

No Brasil, os estudos da comercialização de produtos agrícolas, tem utilizado com maior freqüência a análise dos canais de distribuição. Consequência, por um lado, de característica geral da atividade agrícola, que apresenta uma produção descontínua no tempo (safras, problemas climáticos) enquanto o consumo tende, na medida do possível, a se distribuir continuamente. Por outro lado, as distâncias entre produtores e consumidores, diferenças acentuadas de preços pagos aos produtores e pelos consumidores e o processo inflacionário, tornam essa abordagem recomendável e necessária como parte do entendimento da atividade agrícola e da disponibilidade de alimentos e insumos.

Em geral, as análises de canais de distribuição usam como metodologia estudos de caso que restringem-se a produtos e regiões específicos[3].

As matrizes insumo-produto, mais abrangentes, buscam avaliar diferenciais de preços a nível da produção e do consumo e a parcela correspondente à margem de comercialização para o total de produtos ofertados. A tabela seguinte resume os resultados obtidos para 1980. Os produtos alimentares (códigos 251 a 311) participaram em 29% no total da margem de comercialização estimada sendo que o açúcar e as carnes apresentaram os coeficientes de margem mais elevados da economia (22 e 19% respectivamente). A influência da margem de comercialização no preço final dos produtos mostrou-se, ainda, elevada para os produtos farmacêuticos (19%), artigos do vestuário (16%), automóveis e caminhões (15%), eletrodomésticos (14%) e produtos diversos (16%).

A metodologia utilizada na obtenção dessas matrizes coteja margens de comercialização calculadas para estabelecimentos comerciais e seus produtos com uma análise de equilíbrio entre oferta e demanda dos bens, admitindo hipóteses bastante gerais, que podem vir a ser aperfeiçoadas caso se opte por estudar mais profundamente os canais de distribuição.

A ênfase no estudo do comércio como elemento da formação de preços na economia, num país como o Brasil, com acelerada inflação e onde grande parte da população tem baixo poder aquisitivo, é da maior relevância. A nível de Sistema Estatístico, no entanto, introduzir estudos de caso, por definição parciais, em programas de trabalho dos departamentos de estatísticas primária, implica em romper com uma tradição que relegou a segundo plano pesquisas-piloto que deêm conta de casos especiais e não do universo de informantes ou de amostra dele representativa.

MARGEM DE COMERCIALIZAÇÃO E COEFICIENTE DE MARGEM EM RELAÇÃO À OFERTA TOTAL POR PRODUTO MATRIZ (NÍVEL 50)

PRODUTO MATRIZ		PARTICIPAÇÃO DO PRODUTO NA MARGEM DE COMERCIALIZAÇÃO[1] %	MARGEM DE COMERCIALIZAÇÃO OFERTA TOTAL
CÓDIGO	NOMENCLATURA		
011	Produtos da extrativa vegetal, caça e pesca	1	11
012	Produtos agrícolas	8	9
013	Produtos da agropecuária	1	3
021	Minerais metálicos e não metálicos, exclusive energia	0	1
031	Petroleo, gás natural, carvão e outro combustiveis minerais	0	0
041	Produtos de minerais não metálicos	2	7
051	Produtos siderúrgicos	1	3
061	Produtos metalúrgicos não-ferrosos	1	5
071	Outros produtos metalúrgicos	4	8
081	Máquinas, equipamentos e instalações	3	7
082	Peças acessórios e componentes para máquinas industriais, inclusive ferramentas	1	7
091	Serviços de manutenção, reparação, instalações máquinas	0	0
101	Aparelhos e equipamentos elétrico, inclusive eletrodomestico, peças e acessórios	2	11
102	Material Elétrico, exclusive para veículos	1	7
111	Aparelhos, equipamentos e material eletrônico e de comunicações	4	14
121	Automóveis, caminhões, onibus inclusive carrocerias	5	15
131	Outros veículos, peças e acessórios para veículos	3	9
141	Madeira serrada, artigo de madeira, mobilia	4	13
151	Papel, celulose, artigos de papel e serviços gráficos	3	8
161	Borracha beneficiada e artigos de borracha	1	9
171	Alcool de cana e cereais	0	1
172	Elementos e compostos quimicos não-petroquimicos ou carboquimicos	0	1
181	Produtos de refino de petróleo	4	5
182	Gasolina automotiva	3	10
183	Produtos petroquimicos	1	2
191	Produtos quimicos diversos	2	5
201	Produtos farmaceuticos e de perfumaria	4	19
211	Artigos de material plástico, inclusive laminados	1	7
221	Fios, tecidos e artigos de malha	3	6
231	Artigos de vestuário e acessórios, exclusive malha	4	16
241	Calçados e artigos de couro e pele	2	12
251	Café em grão, torrado, moido ou solúvel	2	9
261	Produtos de origem vegetal beneficiado, fumo	5	12
271	Carne, aves abatidas e outros produtos abate	8	19
281	Leite beneficiado e laticinios	2	10
291	Açúcar cristal, demerara e refinado e subprodutos	4	22
301	Oleos vegetais em bruto e refinados e subprodutos	2	8
311	Outros produtos da indústria alimenticia e bebidas	6	13
321	Produtos diversos	3	16
329	Utilidades, serviços industriais, residuos reciclagem	0	1
TOTAL		100	9

FONTE: IBGE/DPE/DECNA

1 - Ver Novo Sistema de Contas Nacionais - Metodologia e Resultados Provisórios Ano-base 1980 Vol. I - dezembro/88 - IBGE para maiores esclarecimentos sobre o cálculo dessa margem que exclui margem de transporte.

2.1.4. Análise do Comércio como Aproximação da Evolução do Consumo

Na análise conjuntural da economia, o setor de atividade comercial tem uma importância que transcende a análise de seu desempenho, na medida em que é tomado para avaliar a evolução do consumo. A existência de bons indicadores de evolução das vendas, em termos correntes e constantes, e sua desagregação por tipo de bem vendido ou categoria de demanda (duráveis, não duráveis, etc.) permitem formular hipóteses sobre fases do ciclo econômico, flutuações de demanda e consequências, a curto prazo, de decisões da política econômica. A partir dessa visão, não se estranha o fato de que nessa área o setor privado, através de suas associações de classe, tenha avançado bastante na elaboração de indicadores conjunturais. No que toca ao setor público, o Ministério de Indústria e Comercio (MIC) vinha representando a contraparte aos esforços da iniciativa privada, que dado o enxugamento do setor público, deixou de existir.

2.2 - DISPONIBILIDADE DAS INFORMAÇÕES

No Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas - PGIEG de 1974, o comércio é definido seguindo uma dupla visão. Por um lado se quer descrever "características de organização e operação das empresas e estabelecimentos comerciais" e, por outro, pretende-se acompanhar o comércio exterior, por cabotagem e vias internas (quantidade e valor) ou seja, a circulação das mercadorias. Para dar conta de tal propósito o plano propõe:

a) estatísticas quinquenais sobre carcterísticas de organização e operação das empresas e estabelecimentos, até o nível de município;

b) estatísticas anuais que abrangessem, unicamente, algumas características selecionadas, dentre as pesquisadas acima, em algumas áreas;

c) acompanhamento mensal do fluxo de mercadorias de comércio exterior; e,

d) acompanhamento trimestral do fluxo de mercadorias por cabotagem e vias internas.

No entanto, as estatísticas sobre a atividade comercial, produzidas dentro e fora do IBGE, não se restringem ao que foi definido no PGIEG. O IBGE atende ao item (a) através da realização do Censo Comercial e ao item (b), através da recém implantada Pesquisa Anual de Comércio. O item d, comércio por vias internas, chegou a ser apurado por amostra por alguns Estados, porém a pesquisa foi paralisada pelo próprio IBGE.

A CACEX e o CIEF acompanham o fluxo de mercadorias de comércio exterior e a SUNAMAN levanta os dados do comércio de cabotagem. Ainda no que se refere à pesquisas fora do IBGE, sempre foi evidente a necessidade de levantamentos conjunturais para o comércio varejista, geralmente elaborados por associações de classe e Federações do Comércio de diversos Estados.

2.2.1. Levantamentos do IBGE

Censo Comercial

O Censo de Comércio é a principal fonte de informações para este setor de atividade, fornecendo uma visão global de sua estrutura de funcionamento segundo diferentes níveis de desagregação espacial, de atividades e de informação. Os resultados do Censo Comercial são de grande utilidade, não apenas para o planejamento governamental, órgãos privados e instituições acadêmicas, como também para a identificação dos parâmetros necessários à definição das pesquisas de Comércio de menor periodicidade (anuais e mensais).

A inovação substancial introduzida nos Censos Econômicos de 1985 é que pela primeira vez integrou-se empresas e atividades. Considerou-se como unidade de investigação tanto a empresa como o estabelecimento. Foram objeto de pesquisa todas as empresas constituídas até dezembro de 1985 desde que tivessem registro no Cadastro Geral de Contribuintes ou tivessem trabalhadores assalariados com ou sem vínculo empregatício.

As empresas com receita bruta menor que Cr$ 245 milhões no ano de 1985, que operassem em um só endereço ou não, cadastradas no CGC só poderiam responder a um questionário, o modelo CE 0.02 que investiga tanto informações da empresa como de suas atividades. Para as demais empresas, além de responderem ao questionário referente somente à unidade de investigação empresa, o modelo CE 0.01, considerou-se estabelecimentos distintos para cada endereço onde a empresa exercia as atividades incluídas no âmbito dos Censos Econômicos (indústria, comércio, serviços, construção e transportes) e aplicou-se um questionário referente somente àquela atividade, no caso do comércio o modelo 4.01. Excepcionalmente, admitiu-se a existência de mais de um estabelecimento em cada unidade local (endereço), se houvessem registros contábeis apropriados e mais de 10 pessoas ocupadas em cada um deles.

O âmbito do Censo Comercial de 1985 abrange as "atividades de compra, venda, troca ou distribuição de mercadorias, exploradas por unidades comerciais pertencentes a organizações privadas, sociedades de economia mista e empresas estatais". Não se incluem na categoria de comércio

- os intermediários do comércio e outros serviços auxiliares, cujas funções resumem-se em colocar em contato comprador e revendedor, ou agir, por conta de terceiros, em operações de comercialização (corretores, representantes comerciais, etc.);

- as atividades comerciais de ambulantes e feiras livres, que são apurados no Censo Demográfico.

A classificação foi definida de acordo com a predominância de receita. Adotou-se a classificação a 3 dígitos (nível de gênero) para as empresas, e a classificação mais desagregada, a 4

dígitos (nível de grupo), para os estabelecimentos comerciais.

As principais variáveis pesquisadas são identificadas a seguir para cada modelo de questionário:

modelo CE 0.01

- informações cadastrais da empresa
- informações econômico-financeiras: aquisições e baixas do ativo permanente; pessoal ocupado e salários; receitas, custos, despesas; impostos e contribuições para fundos sociais; balanço patrimonial.

modelo CE 0.02

- informações cadastrais da empresa
- informações econômico-financeiras: pessoal ocupado e salários; receitas e impostos sobre vendas; custos e despesas
- informações da atividade- classe de comércio prg dominante (atacado e varejo) e discriminação das vendas por grupos de mercadorias.

modelo CE 4.01

- informações cadastrais da empresa e do estabelecimento
- informações econômico-financeiras: aquisições e baixas do ativo imobilizado; meios de transporte; pessoal ocupado e salários; despesas gerais; compras, recebimentos e transferências de mercadorias e material de embalagem; destino das vendas por tipo de consumidores; condições das vendas (à vista e a prazo); formas de vendas(atacado e varejo); receitas de outras atividades; estoques; discriminação das vendas e transferências por grupos de mercadorias.

Os resultados são divulgados através de:

- publicações específicas (volume de microempresa, volume de empresa, volume dos estabelecimentos para o total da atividade e outro para cada UF)
- tabulação especial da Base de Dados do IBGE
- arquivo SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática, a nível de Brasil x Grandes Regiões x x Unidades de Federação x Municípios: Classes x Gêneros x Grupos de Atividades.

Pesquisa Anual de Comércio

A PAC é uma pesquisa feita por amostra, cujo principal objetivo é obter estimativas para um conjunto de informações das empresas comerciais, por Unidade da Federação e segundo os itens

da classificação de atividades, que permitam um melhor acompanhamento de atividade comercial nos anos intercensitários. Adicionalmente, pretende-se atender ao máximo as necessidades de informações macroeconômicas, de caráter anual, para as Contas Nacionais.

A amostra da PAC baseou-se em um cadastro formado pelas empresas comerciais com registro no Cadastro Geral de Contribuintes pertencentes ao Censo Comercial de 1985 e pelas empresas comerciais que informaram a Relação Anual de Informações Sociais - RAIS de 1987. A incorporação dos registros da RAIS teve a finalidade de captar novos informantes em relação àqueles existentes em 1985.

A unidade de investigação é a empresa, que poderá responder a um dos 3 tipos de questionários concebidos, conforme se enquadre nos seguintes critérios:

- caso tenha tido em 1985 receita bruta inferior a 40.000 ORTNs[4], ou, em sendo nova, menos de 50 pessoas ocupadas[5], ao questionário simplificado;

- caso tenha tido em 1985 receita bruta superior a 40.000 ORTNs, ou em sendo nova, mais de 50 pessoas ocupadas, ao questionário completo,

- caso figure em 1985 entre as 1000 maiores empresas comerciais em termos de receita bruta, ao questionário das líderes.

As principais variáveis pesquisadas são identificadas a seguir para cada modelo de questionário:

- Questionário Simplificado

  . informações cadastrais
  . informações da empresa - demonstrativo da receita; pessoal ocupado e salários, compras; estoques; despesas e custos.
  . informações da atividade - discriminação das vendas por grupos de mercadorias e regionalização, por UF, do pessoal ocupado, dos salários, da quantidade de unidades de venda e da receita de mercadorias vendidas no ano.

- Questionário Completo

  . informações cadastrais
  . informações da empresa - demonstrativo da receita, pessoal ocupado e salários; custos operacionais, condição das compras de mercadorias para revenda; estoques, despesas operacionais; fornecedores e clientes, ativo imobilizado.
  . informações de atividade - condição da revenda de mercadorias (à vista ou a prazo), discriminação das vendas por grupos de mercadorias e regionalização, por UF, do pessoal ocupado, dos salários, da quantidade de unidades de venda e da receita de merca-

dorias vendidas no ano.

- Questionário das Líderes

. mesmas variáveis do questionário completo, sendo que, adicionalmente, são levantadas informações do ativo, do passivo e da demonstração de resultados do exercício.

A divulgação dos resultados está prevista para fins de 1990, e como a seleção da amostra é feita pela subdivisão do universo pesquisado, de acordo com critérios de porte das empresas e de sua origem nos cadastros, as variáveis poderão ser estimadas, independentemente, para cada uma destas subdivisões. Em particular, tal como no Censo de 1985, pretende-se obter estimativas específicas para as microempresas comerciais.

2.2.2 - Outros Levantamentos

Externamente ao IBGE, a ênfase tem sido dada mais às necessidades de curto prazo. Apesar de não estar incluido no PGIEG, as associações de classe (como o Clube dos Diretores Lojistas - CDL, e a Associação Brasileira dos Supermercados - ABRAS) e as Federações de Comércio de diversos Estados, inicialmente em convenio com o Conselho de Desenvolvimento Comercial do MIC, vem elaborando indicadores de conjuntura mensais para o comércio varejista.

Conselho de Desenvolvimento Comercial - MIC

De 1980 até 1988, o acompanhamento conjuntural do comércio foi feito pelo CDC - MIC através da elaboração de indicadores mensais para o comércio varejista.

Neste sistema, as Federações estaduais eram responsáveis por fornecer os dados primários, e o CDC - MIC, por calcular os indicadores para o Brasil e regiões. A pesquisa, abrangia 16 regiões (capital e municípios periféricos) - Manaus, Belém, Natal, Fortaleza, João Pessoa, Maceió, Campo Grande, Goiânia, São Paulo, Curitiba, Florianóplolis, Distrito Federal, Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Vitória) e era feita através de uma amostra baseada no Cadastro do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, eventualmente atualizado pelo Cadastro de CGC e de associações de classe.

A unidade de investigação era a agregação de todas as unidades pertencentes a uma mesma empresa e localizadas numa mesma região, e as variáveis investigadas, o faturamento bruto, a folha de pagamento e o número de pessoas ocupadas. As informações de faturamento eram objeto de publicação mensal para todas as regiões mencionadas. Já os dados relativos à folha de pagamento e pessoas ocupadas eram divulgadas semestralmente, exceto em São Paulo, onde sempre teve periodicidade mensal.

O comércio varejista era dividido em 12 ramos de atividade: bens duráveis (lojas de departamento; concessionárias de

veículos; auto-peças; de utilidades domésticas; cine-foto-som e óticas; móveis e decorações), bens semi-duráveis (vestuário, tecidos e calçados), bens não-duráveis (supermercado; perfumarias e farmácias); e materiais de construção.

No entanto, com a extinção do CDC - MIC a partir do final de 1988[6] estas estatísticas deixaram de ser sistematizadas, provocando uma lacuna importante nos indicadores necessários à mensuração dos aspectos conjunturais para o comércio. Alguns Estados, como Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Bahia e Amazonas, continuam mantendo a coleta e o cálculo das estimativas nas respectivas regiões, porém há necessidade de coordenação e homogeneização para garantir sua comparabilidade.

Clube dos Diretores Lojistas do Rio de Janeiro

Realiza uma pesquisa mensal do comércio varejista onde o cadastro é formado pelas 570 empresas associadas, localizadas no Município do Rio de Janeiro. O painel das empresas investigadas não é fixo a cada mês e a coleta da única variável investigada (valor das vendas à vista e a prazo) é feita por telefone.

Divulga-se a variação, nos últimos doze meses e no ano, das vendas globais e por ramo e categoria do comércio. A classificação abrange dois ramos: : o "mole", que compreende as categorias confecções, calçados e tecidos e o "duro", que compreende os eletrodomésticos, os móveis, as joalherias e as óticas.

Esta pesquisa mensal, a mais antiga no Brasil, é publicada em "Termômetro das Vendas" e "Barômetro das Vendas" em conjunto com outros dados relativos às vendas a crédito (quantidade de consultas realizadas por lojistas para aberturas de créditos; quantidade de inadimplências e quantidade de crediários cancelados por atraso) produzidos pelo Serviço de Proteção ao Crédito - SPC que é um departamento do próprio CDL.

Associação Brasileira dos Supermercados

A ABRAS realiza levantamentos anuais sobre o setor, através de questionários enviados a todas as empresas associadas[7]. Estes levantamentos são publicados na revista mensal Superhiper, editada pela própria ABRAS. As informações publicadas (faturamento bruto, número de check-outs, área de vendas, número de lojas e número de funcionários por região) referem-se, geralmente, apenas às maiores empresas do setor.

Adicionalmente, a ABRAS divulga índices mensais de vendas dos associados e índices de preço de alguns produtos.

Publicações Gerais

Em "Balanço Anual", da Gazeta Mercantil e no "Quem é Quem", da Revista Visão, são entontradas também dados econômico-financeiros para as maiores empresas da atividade comercial.

2.3 - PROPOSTAS PARA DISCUSSÃO

A luz da visão dos componentes de um sistema estatístico apresentados no capítulo 1, do conhecimento das implicações sobre este sistema dos vários ângulos de análise do comércio e do estado atual das estatísticas nessa área, colocamos em discussão alguns pontos que relacionam-se as possibilidades de avançar na construção desse sistema, aprimorando o poder explicativo dos indicadores, estatísticos e análises da atividade.

2.3.1 - Instrumentos de Base

Cadastro

A manutenção de um cadastro de informantes, empresas e estabelecimentos, atualizado é elemento imprescindível para a garantia de bons resultados das pesquisas e levantamentos realizados. O cadastro, além de servir de base para pesquisas contínuas nos períodos intercensitários, permitem balizar a cobertura do setor obtida.

No IBGE, até recentemente, a base cadastral era refeita a cada Censo Econômico, através de listagem das unidades produtivas. A partir das informações levantadas a cada Censo, formava-se a base cadastral de empresas e estabelecimentos utilizada nas pesquisas contínuas.

A partir do Censo-85 adotou-se o número do CGC das empresas como sua variável de identificação, avançando no sentido de permitir integração com cadastros administrativos, como os da Receita Federal e da RAIS, além de criar identificação única para todas as pesquisas que possibilitam sua integração.

Na investigação da atividade comercial onde são frequentes nascimentos e mortes de empresas, a existência de um cadastro dinâmico e atualizado é ainda mais fundamental.

Classificação

Na classificação de atividades, definem-se as classes varejo e atacado é, para cada classe, gêneros e grupos de acordo com a predominância dos bens vendidos.

Nesta classificação o IBGE, até o momento, não adotava completamente os critérios de separação do atacado e varejo recomendados internacionalmente, que classificam como atacadistas os comerciantes de bens que por suas características, são fundamentalmente bens de capital (materiais de construção, por exemplo), ou intermediários (adubos, rações, fertilizantes, etc.).

Considerando as limitações da classificação adotada até aqui as recentes mudanças ocorridas na classificação internacional e a proximidade de um novo Censo, o momento atual nos parece como o mais adequado, para introduzir reformulações na classificação de atividades do IBGE. Além dessa classificação, ligada aos estabelecimentos, parece oportuno discutir uma proposta de classificação

institucional dos agentes da atividade comercial que os diferencie segundo sua natureza jurídica, em empresas com registro no CGC, públicas ou privadas (S.A., cooperativas, limitadas, etc.), orgãos públicos, empresas não registradas e autonômos. A diferenciação econômica da atuação desses agentes na economia e a necessidade de estabelecer, pelo menos nos anos censitários, um mapeamento de seu desempenho e organização, apontam a direção dessa reformulação.

2.3.2 - Levantamentos Estatísticos

Retomando os ângulos de análise expostos para a atividade, pode-se esboçar uma proposta geral de possíveis direções que se deve tomar na construção de um Sistema Estatístico de Comércio.

Avaliando o sistema existente, conclui-se que tanto o Censo Comercial quanto a PAC são fortemente influenciados pelo enfoque macroeconômico, porém caminham em direção a uma maior influência do enfoque setorial.

A experiência mais recente em levantamentos econômicos no IBGE privilegiou, mais enfaticamente, a posição, a nosso ver acertada, de não tentar investigar diretamente os fluxos de Contas Nacionais (valor bruto da produção, consumo intermediário, formação de capital, etc.), mas sim o de levantar dados contábeis existentes nas empresas, que permitam estimar os agregados das Contas Nacionais. Esta alternativa tem a vantagem de não sobrecarregar o informante com uma conceituação de lógica diversa daquela que ele está habituado, e de trabalhar com estimativas mais precisas e já disponíveis na contabilidade das empresas.

O enfoque setorial como quadro de referência para análise da atividade, tem-se baseado sobretudo, na possibilidade de considerar desagregações internas das variáveis pesquisadas por tipo de comércio definido na classificação de atividades. No censo de 1985, o IBGE avançou no sentido de criar uma tipologia de unidades de venda diferenciando supermercados, lojas de departamentos, postos de venda da indústria, exportadores/importadores entre outros tipos de comércio. Essa tipologia constituiu-se num primeiro esforço no sentido de caracterizar diferentes formas de organização da produção no comércio. Cabe discutir como prosseguir esse esforço.

No momento em que o planejamento do Censo Comercial de 1990 encontra-se em andamento, é oportuno levantar questões quanto a seus objetivos, segmentos da atividade comercial a serem considerados, unidade de investigação e variáveis que dêem conta de representar o fenômeno pesquisado. Entre as decisões iniciais, consolidou-se a opção de investigar separadamente as microempresas, através de questionários específicos acerca de seu funcionamento. A definição de quesitos específicos, para empresas e estabelecimentos, que traduzam a organização do comércio em toda sua complexidade é tarefa apenas iniciada.

Em princípio, parece recomendável que o Censo, pesquisa que pretende cobrir todas as unidades comerciais formalizadas, busque a caracterização dos fenômenos, privilegiando questões classificatórias que indiquem o tamanho dos pontos de vendas, a

lógica e especificidade da aglomeração em shopping-centers, a expansão empresarial em cadeias de filiais, lojas de desconto ou de comércios complementares, utilização do franchising como forma de relacionamento entre comerciantes e produtores, etc. Posteriormente, suplementos da PAC podem aprofundar questões descritivas de funcionamento do comércio, tais como a promoção de vendas (financiamento, margens praticadas, ofertas de preços, etc), a determinação de uma política de compras e do relacionamento com fornecedores, etc.

A Pesquisa Anual de Comércio, recém lançada a campo, iniciou o levantamento da atividade para o ano de 1988. Este primeiro levantamento tem caráter exploratório, devendo ser reavaliado à luz dos resultados alcançados. Do enfrentamento de problemas cruciais, como a existência de um cadastro atualizado e a disponibilidade de recursos humanos e materiais necessários, depende o futuro da pesquisa.

O entendimento mais aprofundado do comércio como canal de distribuição dos bens e elemento da formação dos preços finais na economia depende, no IBGE, de esforço conjunto do DECSE e do DECNA no sentido de melhor descrever redes de distribuição de produto ou grupo de produtos relevantes entre os quais, pode-se citar: o café, o açúcar e outros produtos agrícolas, bem como combustíveis, lubrificantes e automóveis.

Outra linha que necessita de maior atenção é a utilização de registros administrativos, informações prestadas com fins fiscais ou outras, como fonte de dados estatísticos. Em particular, as declarações fiscais de impostos de renda e de impostos indiretos vem sendo, a nível internacional, cada vez mais utilizadas de forma conjunta as pesquisas diretas tanto como elemento de crítica, como enquanto complementação de informações.

Finalmente, cabe discutir como viabilizar, através do Sistema Estatístico de Comércio, a análise conjuntural de uma atividade tão importante, tanto para os empresários do setor, quanto para o governo e a sociedade em geral.

O DECSE vem analisando a possibilidade de implantar uma pesquisa para o acompanhamento conjuntural do comércio. As discussões preliminares apontam no sentido de iniciar o projeto pelo levantamento do comércio varejista nas regiões metropolitanas. Pretende-se garantir que a classificação de atividade de uma pesquisa mensal seja compatível com aquelas adotadas na PAC e no Censo.

As discussões quanto às questões metodológicas, operacionais e de financiamento são embrionárias, ainda que fundamentais, por tratar-se de uma pesquisa cujos resultados são estratégicos em termos de política macro e microeconômica.

3 - TRANSPORTES

A atividade de transporte no Brasil pode ser inicialmente caracterizada em termos de sua concentração e dispersão. É concentrada no transporte rodoviário pela sua participação na movimentação de cargas e volume de passageiros transportados, e nos transportes aéreo, ferroviário, metroviário e marítimo de longo curso, pelo reduzido número de empresas que operam nestas modalidades. É dispersa no mesmo transporte rodoviário e em segundo plano no marítimo de cabotagem e interior pelo enorme número de empresas e transportadores autônomos ali existentes. Quanto a isso, cabe mencionar ainda, a importância do transporte de carga própria realizado em geral por rodovia pelas empresas industriais, comerciais e agrícolas.

Este conjunto de fatores, naturalmente estão refletidos quando se observa a produção e difusão de estatísticas existentes sobre o transporte no país, quer por falicitarem, quer por dificultarem a obtenção e processamento das informações. A mesma observação se aplica em relação à existência ou não de algum órgão centralizador de caráter normativo em cada modalidade.

Tudo isso resulta num quadro geral que apresenta lacunas importantes, que incorpora informações desiguais em abrangência e conceituação e carece de maior coordenação. Apresenta-se a seguir com maior detalhe este quadro, relativo à produção de dados do IBGE e dos demais órgãos. Espera-se que a sua análise e discussão possa apontar sugestões para o seu aperfeiçoamento.

3.1 - DISPONIBILIDADE DAS INFORMAÇÕES

3.1.1 - Levantamentos do IBGE

No que tange ao IBGE, a atividade de transporte é pesquisada nos Censos Econômicos, quinqüenalmente, na Pesquisa Anual do Transporte Rodoviário - PATR pelo DECSE, além de ter seu nível de atividade estimado pelo Departamento de Contas Nacionais (DECNA).

Censos Econômicos

Os Censos Econômicos de 1985 pesquisaram as atividades de transporte rodoviário, ferroviário, metroviário, hidroviário, aéreo e especial, exercidos pelas empresas existentes em 31 de dezembro, constituídas ou não juridicamente, e que operam mediante o emprego de pelo menos um trabalhador assalariado, com ou sem vínculo empregatício, em qualquer mês de 1985. Além disso, foram pes-

quisadas as atividades de transportes exercidas em departamentos (8) de empresas comerciais, industriais e de serviços registrados no Cadastro Geral de Contribuintes - CGC, do Ministério da Fazenda e com receita bruta superior a Cr$ 245 milhões em 1985 (9).

Para o levantamento da atividade de transportes foram aplicados três diferentes modelos de questionários:

Modelo CE 7.01 - aplicado à unidade de investigação empresa, em sua sede, levantou informações específicas sobre a atividade de transportes exercida pelas empresas de transportes e pelos departamentos de transportes das empresas com atividade principal industrial, comercial ou de serviços.

Modelo CE 0.01 - aplicado à unidade de investigação Empresa, em sua sede, recolhendo informações econômicas/financeiras/contábeis de todas as atividades exercidas pela empresa com atividade principal transporte.

Estes modelos foram aplicados às empresas registradas no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC) e com receita bruta superior a 245 milhões de cruzeiros em 1985.

Modelo CE 0.02-0 - aplicado às empresas de transportes com receita bruta igual ou inferior a 245 milhões de cruzeiros em 1985 ou às empresas não registradas no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC), mas com pelo menos uma pessoa assalariada, com ou sem vínculo empregatício. Este questionário levantava informações tanto para a empresa de transporte como para a atividade de transporte.

Através destes questionários são pesquisadas variáveis econômico-financeiras, de fluxo e capacidade de transportes, que são relacionadas a seguir:

- na pesquisa da atividade de transporte - Aquisições e Baixas do Ativo Imobilizado, Pessoal Ocupado, Salários, Retiradas e Outras Remunerações, Encargos Sociais e Trabalhistas, Despesas Gerais, Custos Operacionais, Combustíveis, Lubrificantes e Energia Elétrica Consumidos, Compras, Recebimentos e Transferências, Estoque, Receitas Operacionais, Número de Passageiros Transportados, Volume de Cargas Transportadas, Quantidade e Capacidade dos Meios de Transportes.

- na pesquisa de empresa - Aquisições e Baixas do Ativo Permanente, Variação do Pessoal Ocupado, Receitas da empresa, Despesas e Custos da Empresa, Balanço Patrimonial e Correção Monetária do Balanço.

Com isso, consegue-se obter uma visão global da estrutura e funcionamento da atividade segundo diferentes níveis de de-

sagregação - espacial, de atividades e de informação, com seus resultados sendo divulgados através de publicações específicas e de tabulações especiais da Base de Dados do IBGE, por abrangência geográfica (Brasil/Grandes Regiões/Unidades da Federação/Municípios) e, detalhadamente, da classificação de atividades (classes/gêneros/grupos/subgrupos).

Pesquisa Anual do Transporte Rodoviário - PATR

O IBGE, desde 1968, investiga anualmente a atividade de transporte rodoviario de passageiros e/ou cargas, exceto nos anos dos Censos. Até 1984 era realizada a Pesquisa Empresa de Transporte Rodoviario, substituida em 1986 pela Pesquisa Anual do Transporte Rodoviario - PATR, dada a necessidade de ampliar e adaptar a pesquisa às normas contábeis vigentes e a novos conceitos e ajustes introduzidos nas variáveis pesquisadas. Os principais objetivos e aspectos metodológicos da pesquisa, para o ano-base de 1988, são apresentados a seguir.

Objetivos

A PATR tem como principais objetivos:

- obter informações econômico-financeiras, de receita e despesas, de fluxo e capacidade de transporte de passageiros e cargas, executadas pelas empresas públicas e privadas e pelas unidades econômicas não constituídas juridicamente, para fornecer às empresas, às instituições de ensino e pesquisa e demais usuários, subsídios para a realização de estudos, pesquisas e planejamento da atividade de transporte rodoviário no país;

- possibilitar a elaboração de indicadores econômico-financeiros, físicos e de desempenho, que viabilizem a análise da evolução da atividade; e

- fornecer ao Departamento de Contas Nacionais do IBGE, informações necessárias ao tratamento da atividade de transporte rodoviário de passageiros e cargas no Sistema de Contas Nacionais.

Âmbito

A pesquisa investiga a atividade de prestação de serviço remunerado de transporte rodoviario de passageiros e cargas realizada por empresas públicas ou privadas e unidades econômicas de transporte rodoviário de passageiros sem constituição jurídica, utilizando-se de veículos próprios ou sob arrendamento mercantil, locados ou subcontratando a prestação de serviços de transportadores autônomos ou de outras empresas de transporte.

Assim, o âmbito da pesquisa compreende as seguintes atividades:

1) Transporte Rodoviário de Passageiros

- transporte coletivo de passageiros em linhas de itinerário fixo intramunicipal, intermunicipal, interestadual e internacional;

- transporte escolar (realizado por empresas ou unidades econômicas de transporte rodoviário de passageiros);

- transporte de passageiros por taxi (realizados por empresas que possuam motoristas com vinculo empregatício);

- transporte coletivo de funcionários (incluindo as empresas de turismo que prestam este serviço); e

- outros tipos de transporte rodoviário de passageiros não especificados, realizados por empresas ou unidades econômicas de transporte rodoviário.

2) Transporte Rodoviario de Cargas

- transporte de cargas em geral

  . seca;
  . sólida a granel;
  . líquida ou gasosa a granel;
  . frigorificada;
  . animais vivos;
  . veículos; e
  . pesadas ou de grande porte

- transporte de cargas leves ou de pequeno porte;

- transporte de mudanças; e

- transporte de valores

Unidades Básicas de Levantamento Estatístico

A PATR abrange as seguintes unidades básicas de levantamento estatístico:

- empresa simples de transporte - aquela que desenvolve unicamente a atividade de transporte rodoviário de passageiros ou cargas;

- empresa mista de transporte - aquela que desenvolve duas ou mais atividades, sendo uma delas a atividade de transporte rodoviário de passageiros ou cargas; e

- unidade econômica de transporte rodoviário de passageiros - unidade não constituída juridicamente, que exerce a atividade de transporte ro-

doviário de passageiros, estabelecida em uma ou mais unidades locais (endereços), empregando pessoas, percebendo remunerações.

Observa-se, assim, que as informações coletadas são a nível de empresa e encontram-se reunidas em um único questionário, mesmo que a empresa atue em várias unidades locais (endereços), bem como que certas variáveis solicitadas no questionário não são possíveis de serem informadas por algumas dessas unidades, existindo regras específicas para o seu preenchimento.

Critérios de Aplicação dos Questionários

Objetivando adaptar a coleta de informações aos controles físicos e contábeis efetuados pelas empresas, definiu-se um corte operacional, visando à aplicação de dois modelos de questionários:

- Questionário Simplificado - aplicado às empresas que auferiram Receita Bruta Total, em 1988, igual ou inferior a cem mil OTNs de janeiro de 1988. Nas Unidades Econômicas de Transporte Rodoviário de Passageiros é aplicado este modelo de questionário, independente do valor da Receita Bruta Total auferida em 1988.

- Questionário completo - aplicado às empresas que auferiram Receita Bruta Total, em 1988, superior a cem mil OTNs de janeiro de 1988.

A Receita Bruta Total corresponde às receitas operacionais (aquelas decorrentes das atividades exercidas pela empresa) e às receitas não operacionais (como aquelas provenientes da venda de bens do Ativo Permanente, de aplicações financeiras, etc).

Principais Variáveis Investigadas

- Balanço Patrimonial e Resultado Líquido do Exercício; Aquisições e Baixas do Ativo Permanente; Pessoal Ocupado; Salários, Retiradas e Outras Remunerações; Despesas Operacionais; Custos Operacionais; Impostos e Contribuições para Fundos Sociais; Receitas de Transporte; Receitas de Outras Atividades; Estrutura da Frota; Quantidade de Passageiros e Cargas Transportadas; Quantidade de viagens, Número de Linhas e Extensão das Linhas; e Número de Filiais, Terminais e Agências.

Níveis de Divulgação

Os resultados são divulgados a nível de Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios onde se situam as Sedes das empresas, segundo os grupos e subgrupos da classificação de atividade, através de:

- Publicação "Pesquisa Anual do Transporte Rodoviário";

- Tabulação Especial da Base de Dados do IBGE; e

- Arquivo SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática.

Agregados Macroeconômicos

O IBGE através da coleta e tratamento de estatísticas de outras fontes, elabora a estrutura da atividade no conjunto da economia. Estas informações dão origem a dois produtos: as participações nas relações intersetoriais (Matrizes de Relações Intersetoriais) e nas Contas Nacionais.

Este levantamento abrange os transportes Rodoviário, Ferroviário, Hidroviário, Aéreo e Dutoviário; além dos Serviços Auxiliares do Rodoviário, do Hidroviário e do Aéreo.

As fontes básicas são, além dos Censos Econômicos e Demográfico, os anuários de órgãos/empresas, sobre o setor.

Outra informação de caráter macroeconômico produzida pelo DECNA, é o Produto Interno Bruto real, por atividade, calculado trimestral e anualmente, e que tem o objetivo de indicar a evolução ao longo do ano, do resultado da economia como um todo.

3.1.2 - Outros Levantamentos

A produção de estatísticas sobre as diversas modalidades de transportes no país é realizada por algumas empresas públicas, órgãos governamentais responsáveis pela normatização e/ou implementação de políticas para o setor, associações e entidades de classe.

Na apresentação a seguir, será dado destaque às estatísticas produzidas sistematicamente, segundo as modalidades de transporte.

No transporte ferroviário, conta-se com informações elaboradas pela Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA, Ferrovia Paulista S/A - FEPASA, Companhia Vale do Rio Doce (ferrovia Vitoria-Minas e Carajás), entre outros, divulgados, basicamente, em seus relatórios do exercício. Abrangem informações econômico-financeiras (receitas, inclusive por tipo de transporte e mercadorias; despesas; etc), físicas (extensão das linhas; carga e passageiros transportados; existência de locomotivas, carros motores, carros e vagões; consumo de combustíveis e energia elétrica; etc) e de desempenho operacional (passageiros e toneladas de carga por quilômetro; peso útil por veículo carregado; percurso médio por veículo; etc).

No transporte metroviário as informações referem-se à Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô e Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro - Metrô, que as publicam em seus

anuários estatísticos, estando relacionadas à operação da atividade; à evolução anual do volume de passageiros, à evolução da oferta e da demanda; ao quadro tarifário; às diversas atividades de manutenção; à mão de obra interna e externa; à quilometragem mensal da frota; à integração com outras modalidades de transportes; e, entre outros dados, aqueles relativos à receita operacional.

No transporte aéreo, o Departamento de Aviação Civil - D.A.C., do Ministério da Aeronautica, produz um conjunto de estatísticas que possibilitam uma ampla cobertura do setor. Estas informações são divulgadas no Anuário do Transporte Aéreo, que apresenta com riqueza de detalhes informações econômico-financeiros e de emprego de empresas: nacionais de transporte aéreo regular de âmbito nacional, nacionais de transporte aéreo regular de âmbito regional, de táxi aéreo e de serviços aéreos especializados (proteção à lavoura, aerofotogrametria, etc.).

Além disso, apresenta dados sobre o tráfego aéreo regular, regional e nos aeroportos; frota; indicadores físicos de capacidade ofertada versus utilizada; etc.

O transporte marítimo também apresenta um conjunto de informações estatísticas satisfatório, produzida pela Secretaria de Transportes Aquaviários (ex SUNAMAM), que, de acordo com a modalidade de transporte (longo curso, cabotagem e interior), fornece informações sobre a frota mercante brasileira; frete gerado e carga transportada segundo os tipos de carga (granel e carga geral) e principais mercadorias; afretamentos realizados por empresas nacionais; etc.

Com relação ao transporte rodoviário, ao contrário das demais modalidades, verifica-se que, devido a sua própria estruturação, somente o IBGE realiza um levantamento estatístico sistemático e abrangente de parcela significativa do setor. Como decorrência, o transporte realizado por autônomos representam um hiato considerável nas estatísitcas sobre os serviços remunerados de transporte.

Quanto aos demais órgãos que produzem estatísticas sobre o setor, ainda que eventuais e/ou de abrangência restrita, pode-se enumerar: o Departamento Nacional de Estradas de Rodagens - DNER, a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes - GEIPOT, a Associação Nacional das Empresas de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros, a Federação Nacional de Transportadores Autônomos de Veículos Rodoviários e a Associação Nacional das Empresas de Transporte Rodoviário de Carga.

3.2 - PROPOSTAS PARA DISCUSSÃO

A situação geral da produção de estatísticas de transporte no país pode ser resumida através do seguinte quadro:

- o IBGE cobre apenas parcialmente o transporte rodoviário, embora o faça de modo bastante completo;

- outras instituições cobrem todas as modalidades de transporte, ainda que de maneira desigual e segundo critérios não homogêneos.

Esta situação demonstra a necessidade de uma maior articulação entre os órgãos produtores de estatísticas sobre o setor, objetivando a construção de um sub-sistema de estatísticas de transportes. Isto se daria através da definição conjunta:

- das lacunas de informações a serem preenchidas, decorrentes da inexistência de levantamentos estatísticos para alguns de seus segmentos ou de variáveis relevantes ainda não pesquisadas;

- das variáveis prioritárias a serem pesquisadas, homogenizando os seus conceitos;

- de publicações que aglutinassem a produção de estatísticas para cada modalidade de transporte atualmente dispersas em diversas instituições e, da sua totalidade, que poderiam assim ser melhor disseminadas junto aos usuários.

Partindo dessa concepção geral, pretende-se a seguir apresentar uma relação preliminar dos problemas atualmente existentes na produção de estatísticas pelas modalidades de transportes, que, solucionados, permitiriam caminhar na direção anteriormente apontada.

Transporte Ferroviário e Metroviário

É necessario aglutinar as estatísticas produzidas pelas empresas em uma publicação sobre o setor, através da definição das variáveis básicas a serem divulgadas e uniformização de seus conceitos. Especial atenção requer a produção e divulgação de informações econômico-financeiras, hoje restrita, basicamente, às receitas e despesas da atividade, estas últimas apenas para o transporte ferroviário.

Em se tratando de um pequeno conjunto de empresas, isto deve ser realizável com relativa facilidade.

Transporte Aereo

A existência de publicação com informações que permitem uma boa cobertura do setor, recomenda apenas a realização de consultas aos usuários para a identificação de possíveis inclusões de variáveis.

Transporte Marítimo

É necessário garantir a continuidade da divulgação das

informações sobre o transporte marítimo, ampliando-as com informações econômico-financeiras das empresas do setor. Uma outra vertente de informações a ser explorada relaciona-se ao financiamento dos investimentos da marinha mercante nacional, hoje sob a responsabilidade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Transporte Rodoviário

A pricipal lacuna de informações sobre o setor diz respeito aos transportadores autônomos, que segundo estimativas do Departamento de Contas Nacional - DECNA, do IBGE, eram responsáveis por 28,51% do PIB dos transportes em 1980.

A realização de pesquisa abrangendo os transportadores autônomos tem como principal limitação a inexistência de cadastro. No entanto, os recursos exigidos para a sua montagem e manutenção, frente a outras prioridades, desaconselham a sua realização.

Um outro aspecto a ser considerado é que uma pesquisa de campo envolvendo os transportadores autônomos demandaria uma grande disponibilidade dos entrevistadores, que muitas vezes precisariam retornar diversas vezes ao domicílio do informante para obter as informações desejadas.

Uma idéia preliminar a ser amadurecida é a de realizar a pesquisa a partir da aplicação de um questionário sintético aos transportadores autônomos, no momento da renovação da licença dos veículos junto aos órgãos regionais.

Totalidade do Setor

A possibilidade de uma publicação contendo informações básicas sobre todas as modalidades de transporte, deveria ser considerada, pois seria de grande utilidade para os usuários de informações do setor, onde se incluem os próprios órgãos ligados às diversas modalidades de transporte.

4 - SERVIÇOS

Nas análises econômicas, o setor de serviços é definido, em geral, de forma residual, ou seja como um setor que não produz mercadorias, e mais do que isso pela enumeração das atividades nele contidas e pela especificação dos agentes econômicos considerados (empresas, instituições sem fins lucrativos, administração pública, etc.). Sua única homogeneidade decorre de reunir atividades cuja produção não é mensurável em unidades, sendo que o produto (serviço) existe apenas durante o processo produtivo, não sendo possível a formação de estoques.

As análises mostram um setor heterogêneo, onde os diversos segmentos apresentam desempenho e comportamentos econômicos, formas de organização da produção e estágios de desenvolvimento diferenciados. Neste documento aponta-se alguns tópicos julgados importantes para apreensão e compreensão da atividade de prestação de serviços no Brasil, aproveitando a III CONFEST para discutir o aperfeiçoamento das estatísticas sobre o setor.

4.1 - QUESTÕES CONCEITUAIS

4.1.1 - Delimitação do Setor

Ainda que a delimitação do setor Serviços e a definição das atividades nele consideradas seja estabelecida, geralmente, por resíduo, sua importância na sociedade brasileira está longe de sê-lo por suas implicações na geração de postos de trabalho e rendimento, no interrelacionamento das várias atividades econômicas e no atendimento de necessidades de consumo pessoal que se ligam ao bem-estar da população.

Neste segmento da atividade econômica, estão incluídos serviços mercantis, ou seja, que podem ser objeto de compra e venda no mercado, e não mercantis que são aqueles prestados gratuitamente - total ou parcialmente - pelas instituições sem fins lucrativos à coletividade ou a grupos particulares e também aqueles produzidos para as famílias pelos empregados domésticos.

A atividade de prestação de serviços de alojamento, alimentação, reparação, serviços pessoais, de diversão, rádio e televisão, comunicações, assistência médica, odontológica e veterinária, além dos chamados serviços auxiliares, constitui-se na primeira delimitação do setor. Desenvolvidas por empresas privadas e públicas, instituições sem fins lucrativos, órgãos da administração pública direta e indireta, profissionais liberais ou trabalhadores autônomos, essas atividades apresentam uma diversidade de situações quanto à organização da produção e ao relacionamento com outros setores da economia.

4.1.2 - Classificação de Atividades

Para aprensão correta das atividades de prestação de serviços do ponto de vista estatístico, o entendimento de sua dinâmica e a análise dos componentes específicos que são afetados em cada estágio do processo de desenvolvimento, ganham importância aspectos relacionados à classificação das atividades e às variáveis fundamentais para caracterização do setor.

Examinar um subconjunto de atividades econômicas que abrange segmentos com requerimentos diferenciados quanto ao nível de especialização e qualificação da mão de obra; intensidade tecnológica, nível de imobilização de capital necessário e interação com o resto do mundo (importação e exportação de tecnologia e/ou serviços) é tarefa complexa. A delimitação de subgrupos mais homogêneos que possibilitem análises mais consistentes e a possibilidade de isolar segmentos emergentes da atividade apresentam-se como tarefas cruciais.

Um primeiro critério para definição desses subgrupos passa pela identificação do consumidor dos serviços: pessoas ou instituições.

A estrutura de distribuição e concentração da renda pessoal determinantes do padrão de distribuição e diversificação do consumo influem diretamente no movimento daqueles serviços destinados ao consumo pessoal. A participação desses serviços no total da atividade liga-se, também, ao grau de urbanização, diversificação e especialização industrial e nível de qualificação da mão de obra.

Os serviços que se destinam predominantemente ao consumo intermediário são influenciados, naturalmente, pelo crescimento dos outros setores de atividade.

A participação relativa da prestação de serviços na geração da renda nacional é determinada fundamentalmente por escolhas entre "comprar" e "fazer", ou "comprar" e "alugar". De acordo com as normas internacionais, a apreensão dos fenômenos econômicos passa pelo fato de serem transacionados no mercado ou serem produzidos a partir de fatores de produção comercializados no mercado. Portanto, quando um indivíduo decide utilizar serviços como lavanderias, restaurantes ou cabelereiros em lugar de executá-los por conta própria estará influindo no nível da produção. Da mesma forma, uma empresa ao decidir contratar de terceiros serviços de auditoria, consultoria, vigilância, etc. em lugar de executá-los com seus próprios recursos, estará estimulando o crescimento dos chamados serviços auxiliares. O processo de desverticalização de estrutura produtiva, ou aprofundamento da divisão do trabalho, deve ser considerado atentamente na avaliação da atividade de serviços.

Estreitamente ligada à questão anterior aparece a da autonomia. Até que ponto esses serviços são produzidos por empresas essencialmente prestadoras de serviços? A investigação da independência e autonomia destes serviços ainda não foi analisada e para isso deveriam ser pesquisados aspectos relativos ao relacionamento das empresas prestadoras de serviços e aquelas que os consomem.

A grande sofisticação e diversificação da produção industrial é outro fator importante para análise do movimento e direção do crescimento do setor. A disponibilidade de novos produtos manufaturados, como por exemplo, computadores ou aparelhos de vídeo-cassete, implica no surgimento de novos segmentos da atividade como serviços de reparação, serviços de locação (de equipamentos ou de fitas), serviços de programação, assistência técnica, etc.

Um segundo critério na delimitação de subgrupos homogêneos, tão importante quanto o primeiro, diz respeito à intensidade de capital e sofisticação tecnológica necessários em cada um deles. Na atual classificação de atividades de serviços convivem, por vezes, num mesmo item classificatório setores modernos que se caracterizam pela utilização de técnicas complexas, maior intensidade de capital e exigem maior nível de qualificação e especialização da mão de obra, com setores tradicionais intensivos em mão de obra semi-qualificada.

4.1.3 - Unidade de Investigação

A mensuração da participação da prestação de serviços na geração da renda depende diretamente, da unidade de investigação das pesquisas efetuadas.

As pesquisas econômicas, apresentam o nível de participação da prestação de serviços na economia dependente da unidade de investigação que tomem por base. Vários grupos de atividade de serviços são fornecidos por indústrias a que estão ligados, como aluguel de máquina xerox e reparação e manutenção de bens de capital. Nestes casos representam atividade secundária de empresas cuja atividade principal é indústria, porém significam serviços prestados a terceiros. Entretanto, são frequentes também o desenvolvimento de atividades típicas da prestação de serviços, como as de processamento de dados, propaganda e marketing, por departamentos especializados de empresas apenas para atendimento de suas próprias necessidades. Dessa maneira, ainda que considerados no consumo intermediário das empresas que os produzem, dificilmente serão detectados na avaliação global da produção de serviços na economia.

A decisão de investigar a atividade de prestação de serviços através da empresa ou dos estabelecimentos, tem, portanto, implicações quanto aos desdobramentos analíticos possíveis.

As pesquisas domiciliares, onde o indivíduo enquanto trabalhador é objeto de investigação, por outro lado, permitem uma análise da participação do setor na geração de postos de trabalho e rendimentos. Possibilitam, também, um exame da forma de inserção desses indivíduos no processo de trabalho, através de quesitos que investigam sua posição na ocupação: se são empregados, empregadores, trabalhadores por conta própria ou trabalhadores não remunerados.

Estes levantamentos consideram a ocupação em todos os setores, independentemente da vinculação à empresa privada, empresa pública, órgãos da administração pública direta ou indireta ou a instituições privadas sem fins lucrativos.

4.2 - DISPONIBILIDADE DAS INFORMAÇÕES

4.2.1 - Levantamentos do IBGE

Levantamentos Estatísticos Abrangentes

As informações estatísticas relativas ao setor de serviços mais abrangentes quanto à cobertura são as do Censo Demográfico, cuja periodicidade é de 10 anos. Nele, é possível identificar a parcela das pessoas ocupadas que exerce a atividade e seus rendimentos através de cruzamentos que envolvem ocupação e atividades.

O Censo de Serviços, realizado a cada 5 anos em todo o território nacional, fornece uma visão da estrutura de funcionamento deste setor, segundo diferentes níveis de desagregação espa-

cial, de atividades e de informações Os resultados do Censo de Serviços são de grande utilidade, não apenas para o planejamento governamental, órgãos privados e instituições acadêmicas, como também para a identificação dos parâmetros necessários à definição das pesquisas de Serviços de menor periodicidade.

O quadro abaixo apresenta as atividades de serviços que foram objeto de pesquisa no Censo-85, bem como aquelas que foram consideradas fora do âmbito:

Classes e Gêneros de Serviços	
Dentro do Âmbito de Serviços	Fora do âmbito de Serviços
Serviço de:	Instituições de estudos e pesquisas sem fins lucrativos
. alojamento	Assistência medica , odontológica e veterinária
. alimentação	Hospitais, clínicas e casas de saúde
. reparação, manutenção e instalação	Ensino público e privado
Serviços pessoais	Cooperativas:
Serviços de:	. de seguros
. higiene e estética	. escolares
. radiodifusão e televisão	. habitacionais
Serviços auxiliares:	
. da agropecuária e reflorestamento	
. do comércio	Atividades:
. financeiros	. bancárias
. dos transportes	. de intermediaçao financeira
. da construção	. de seguro e capitalização
. de limpeza, higienização e decoração	. de comunicação
. a empresas e pessoas	
Serviços de compra e venda de imóveis	
Serviços de administração, locação de imóveis	

A pesquisa censitária, em 1985, investigou as Empresas com atividade principal de serviços e Estabelecimentos de prestação de serviços das empresas constantes do âmbito dos Censos Econômicos registradas ou não no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC), sendo que estas últimas, desde que possuissem, pelo menos, um empregado assalariado, com ou sem vínculo empregatício.

A atividade de prestação de serviços foi investigada através de dois tipos de questionários, um específico para a empresa (CE 0.01) e outro para a atividade (CE 5.01), aplicado aos estabelecimentos. Entretanto as empresas que apresentaram receita bruta anual inferior a 245 milhões de cruzeiros responderam apenas um questionário, que inclui informações da empresa e da atividade (CE 0.02). As principais variáveis coletadas foram as seguintes:

- Informações de Atividade: Aquisições e Baixas do Ativo Imobilizado, Meios de Transporte, Pessoal Ocupado; Salários; Despesas Gerais; Compras, Recebimentos e Transferências de Mercadorias, Estoques e Discriminação das Receitas por Grupos de Serviços;

- Informações de Empresa: Aquisições e Baixas do Ativo Permanente, Variação de Pessoal Ocupado; Receitas de Empresa, Despesas de Empresa; Balanço Patrimonial e Correção Monetária do Balanço.

Os resultados do Censo de Serviços de 1985 estão em fase final de edição. Sua divulgação será feita através de publicações próprias, tabulações especiais da base de dados do IBGE e arquivos SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática.

As informações relativas ao desempenho das empresas prestadoras de serviços serão objeto de 2 volumes: MICROEMPRESAS e EMPRESAS, sendo que no primeiro são consideradas apenas aquelas que apresentaram faturamento anual inferior a 245 milhões de cruzeiros em 1985.

As informações relativas à atividade, coletadas junto aos estabelecimentos, serão divulgadas separadamente, um volume para o conjunto da atividade no Brasil e outros com desagregação por unidades da federação e municípios selecionados.

A análise dos dados do Censo de Serviços, ainda que abrangente quanto às variáveis pesquisadas, não é suficiente para dar conta da heterogeneidade do setor e deve ser complementada com informações setoriais.

Uma terceira dimensão da geração de rendimentos e absorção de pessoas ocupadas no setor serviços pode ser obtida através das informações anuais da RAIS - Relação Anual de Informações Sociais, que abrange todos os estabelecimentos e pessoas físicas que tenham mantido, como empregadoras, alguma relação de emprego durante o ano, refletindo assim o mercado de trabalho organizado da economia.

O Anuário da RAIS traz informações por atividade de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) do Ministério da Fazenda, a seguir apresentada:

. serviços de comunicações
. serviços de alojamento e alimentação
. serviço de reparação, manutenção e conservação
. serviços pessoais
. serviços comerciais
. serviços de diversões
. escritórios centrais e regionais de gerência e administração
. comércio e administração de imóveis
. fundações e entidades sem fins lucrativos
. cooperativas

Outros Levantamentos Realizados pelo IBGE

- De Responsabilidade do Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais (DEISO)

. Pesquisas sobre educação e desporto: consistem num conjunto de oito levantamentos, de âmbito nacional e periodicidade variada, sobre os seguintes temas:

- Educacão pré-escolar e ensino regular de Primeiro Grau (Escolas de uma sala de aula);

- Educação pré-escolar e ensino regular de Primeiro Grau (Escolas de duas ou mais salas de aula);

- Educação Especial no Ensino Regular;

- Educação Especial em Instituições Especializadas;

- Ensino Supletivo (Cursos);

- Prédio Escolar (Ensino de Pré, Primeiro e Segundo Graus);

- Associações Desportivas;

- Financiamento da Educação,Cultura e Desporto (Prefeituras Municipais).

Tais levantamentos atendem ao Convênio IBGE/MEC/Secretarias Estaduais de Educação, que atribui ao IBGE a coleta dos dados educacionais em alguns Estados e do Questionário sobre Desporto em todos os Estados. Ao Ministério da Educação cabe a apuração dos questionarios e a divulgação dos resultados das pesquisas e às Secretarias Estaduais de Educação a coleta dos questionários sobre educação nos Estados não cobertos pelo IBGE.

As variáveis pesquisadas referem-se a ensino (alunado, pessoal docente, movimento e rendimento escolar, matriculas, etc.), prédio escolar (caracteristicas do estabelecimento e suas dependências), associações desportivas e financiamento (origem dos recursos, despesas, etc.).

Pesquisa de saneamento básico: investiga as condições de saneamento básico dos Municípios através da atuação dos órgãos estaduais, municipais e empresas privadas que atuam nesse setor, utilizando dois questionários: Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, e Limpeza Pública e Remoção de Lixo.

A pesquisa encontra-se em fase de reformulação e, a partir de contatos com órgãos públicos e entidades privadas, permitirá uma avaliação mais precisa da oferta e da qualidade dos serviços de saneamento básico no âmbito nacional.

Variáveis pesquisadas:

- Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário:
  . população atendida, número de economias abastecidas e de ligações esgotadas, tipos de tratamento, etc.,

  . pessoal ocupado, receita, despesas e investimentos, programas nas áreas de baixa renda, movimentos populares.

- Limpeza Pública e Remoção de Lixo:
  . áreas de atendimento, volume de lixo removido, população atendida e frequência do atendimento.

  . lixo hospitalar, estações de tratamento, pessoal ocupado e condições de trabalho.

  . receitas e despesas.

Os resultados serão divulgados a nível de Brasil, Unidades da Federação, Regiões Metropolitanas e Municípios das capitais.

- De Responsabilidade do Departamento de Agropecuária - DEAGRO

. Pesquisa de Estoques: objetiva fornecer informações estatísticas conjunturais sobre o volume e distribuição espacial dos estoques de produtos agropecuários básicos e sobre as unidades onde estes são armazenados. Abrange todo o território nacional, sendo realizada semestralmente. Os questionários são aplicados nos estabelecimentos que se dedicam à prestação de serviços de armazenagem.

Variáveis Pesquisadas:

- Modalidades de armazenagem
- Quantidades físicas
- Atividade do estabelecimento
- Propriedade da empresa à qual o estabelecimento está subordinado.

4.2.2 - Outros Levantamentos

Setores cuja coordenação e execução das políticas são reguladas por Secretarias e Conselhos Nacionais (por exemplo Informática e

Turismo), e setores cuja exploração dos serviços é, em sua totalidade, efetuado por um grupo de empresas controlado por uma holding estatal, onde o sistema de informações setorial se confunde com o instrumento fundamental de gerenciamento interno dessa holding (por exemplo, Telecomunicações), dispõem de uma cobertura maior de informações, à um nível de classificações mais desagregado, no sentido de se obter dados pertinentes sobre o dimensionamento e a estrutura do mercado.

Outros segmentos de serviços dispõem de estatísticas próprias. Entretanto, na maioria dos trabalhos conhecidos observa-se que os dados se referem a quantitativos físicos sem entrar em variáveis que possibilitem aferições de desempenho econômico.

No setor de Telecomunicações tem-se a Telebrás que atua como empresa holding, e produz serviços de telefonia, telégrafos e telex, televisão, serviços marítimos móveis e comunicação de dados em geral. O sistema de informações do conglomerado Telebrás foi construído para atender às necessidades de formular indicadores que permitam a caracterização e avaliação, de modo integrado, do setor. Este sistema é subdividido em dois níveis: o Sistema Telebrás e a Embratel.

No que se refere ao Sistema Telebrás, dispõe-se de três publicações: o Anuário Nacional de Telecomunicações, o Anuário Estatístico do Brasil e o Relatório Anual da Telebrás.

O Anuário Nacional de Telecomunicações contém informações relacionadas às empresas do sistema que atuam na prestação de serviços de telefonia pública no Brasil. Desta forma, não estão incluídos os dados pertinentes à Embratel e à Telebrás. São apresentadas estatísticas do tipo: relação das entidades operadoras do serviço telefônico no Brasil; entidades integradas ao sistema Telebrás no ano; informações sobre o pessoal ocupado; situação das Entidades Telefônicas com mais de 1000 terminais (nº de chamadas, nº de telefones públicos, nº de localidades atendidas, nº de empregados, etc.); situação do atendimento do serviço telefônico no Brasil, por Unidade da Federação, centrais telefônicas, grau de automação do serviço telefônico no Brasil, por Unidade da Federação; telefones públicos por habitante e disponibilidade de terminais por habitante.

No Anuário Estatístico do Brasil as informações se referem ao conjunto do Sistema Telebrás, incluindo, portanto, a Embratel e demais companhias associadas a nível nacional e internacional. Parte das estatísticas disponíveis neste Anuário complementam as publicadas no Anuário Nacional de Telecomunicações, como por exemplo: aspectos gerais das entidades integrantes do sistema de telecomunicações; chamadas telefônicas complementadas no tráfego interurbano, via sistema Embratel, por tipo de serviço, segundo as Unidades da Federação, DDD e mesa interurbana e informações sobre as chamadas completadas no tráfego telefônico internacional.

No Relatório Anual da Telebrás, o objetivo é mostrar, a cada ano, os principais indicadores do desempenho operacional e econômico do Sistema Telebrás. Estas estatísticas possuem um nível de detalhamento menor do que as duas publicações acima citadas. As principais informações divulgadas envolvem dados relativos à dimensão do sistema Telebrás, à evolução dos sistemas de telecomunicações, aos serviços de telecomunicações, ao desenvolvimento de recursos humanos e ao desempenho econômico-financeiro do Sistema.

As informações relativas à Embratel são também, em parte, divulgadas pela própria empresa, através de seu Relatório Anual e do Relatório Anual referente às suas operações internacionais. As informações disponíveis para uso público são relativamente detalhadas para cada tipo de serviço prestado: telex, telegramas, Serviços de Comunicação de Mensagens e Dados Aeroviários - AIRDATA, Serviço de Comunicação de Dados - INTERDATA, Serviço de Acesso a Informações Financeiras - FINDATA, Aluguel de Circuitos Privados Internacionais, Serviços de Comunicação de Dados Bancários - INTERBANK, Serviços de Comunicações Marítimas via Satélite - INMARAT, Serviços de Programas de Televisão e Programas de Audio, RENPAC (rede de transmissão de dados pública e de âmbito nacional), TRANSDATA (rede de comunicação de dados, de natureza privativa - personalizada, que atende ligações ponto a ponto no âmbito nacional), CIRANDÃO (serviço de caixa postal eletrônica).

São também disponíveis uma série de indicadores gerais relativos ao desempenho da Embratel (distribuição da Receita Operacional Bruta, dados de Balanço, crescimento real dos serviços prestados, número de pessoas empregadas, evolução dos preços, dos custos e dados relativos a remessas e ingressos de divisas da empresa por tipo de serviço prestado).

Na área das Comunicações a Empresa Brasileira de Correios e Telegráfos produz informações detalhadas, de caráter quantitativo pertinentes à sua atividade, sendo que, neste caso, dados econômicos podem ser observados através dos seus Demonstrativos Financeiros.

No segmento dos Serviços Auxiliares dos Transportes o Departamento de Aviação Civil - DAC, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, a Superintendência Nacional de Marinha Mercante - SUNAMAM e a Empresa de Portos do Brasil S/A - PORTOBRÁS, mantêm sistemas estatísticos com enfoque nas características físicas das atividades.

Na área de informática, produzem informações, a SEI - Secretaria Especial de Informática e a ABICOMP - Associação Brasileira Indústria de Computadores e Periféricos.

A SEI elabora o Panorama do Setor de Informática desde 1980, com o objetivo de processar e difundir as informações acerca do desempenho e situação dos diversos segmentos do setor. Existem também outras publicações menos abrangentes, como o Parque Computacional Instalado. O Panorama apresenta dados anuais quanto à produção de bens nos setores de computadores e periféricos, teleinformática, automação industrial, instrumentação digital e serviços técnicos de informática em proveito de terceiros. Para os quatro primeiros setores, apresentam-se dados relativos à idade e capital das empresas, faturamento, distribuição do faturamento quanto às formas de comercialização (venda direta, venda indireta, OEM - Original Equipament Manufacturing, leasing e aluguel), canais de distribuição e recursos humanos[10].

No que diz respeito ao segmento de serviços técnicos de informática em proveito de terceiros, os dados incluem faturamento das empresas por tipo de atividade, recursos humanos por área (pública e privada) e por atividades principais (administrativa, técnica e comercial), e mercados de destino por unidade da federação.

Os dados levantados pela ABICOMP referem-se a 78 empresas associadas à entidade que são classificadas em Outros Serviços Técnicos de Informática e representam pouco mais de 50% do faturamento do setor privado produtor deste tipo de serviços. Sua divulgação é feita através de:

a)Catálogo da Indústria Brasileira de Informática- com informações de emprego, classificação das empresas por linha de produto, capital e histórico - publicação anual.

b)Informe ABICOMP- com informações gerais a respeito do desempenho do setor, nível de emprego, empresas associadas e seus produtos, análise conjuntural do setor de informática - publicação mensal.

c)O Mercado de Bens de Informática: Evolução das Importações Autorizadas em 1985 e 1986 - fabricantes e fornecedores. O mesmo estudo será feito considerando-se os usuários.

Ainda no que se refere à entidades de classe vinculadas ao setor de informática, a ASSESPRO - Associação de Empresas Prestadoras de Serviços de Informática, havia iniciado levantamento das empresas fabricantes de software no Brasil, porém devido à existência de falhas importantes em sua metodologia, o trabalho foi interrompido.

No que se refere ao mercado de publicações especializadas em informática, são regularmente publicadas revistas como Dados e Idéias, do grupo Gazeta Mercantil, Info, do Grupo Jornal do Brasil, Informática, Hoje e outras.

A revista Dados e Idéias fornece um ranking com 150 empresas de informática, com dados individualizados referentes ao desempenho econômico-financeiro: receita em informática; participação da informática na receita total; receita total; patrimônio líquido, ativo permanente; despesas financeiras líquidas; lucro bruto e líquido; rentabilidade (%) sobre o patrimônio; liquidez corrente; grau de endividamento, despesas financeiras/receita total (%); lucro líquido/receita total (%), número de funcionários e principais acionistas com suas participações.

Outra publicação especializada, o Anuário de Informática CWB fornece informações para um conjunto de empresas privadas, que respondem um questionário voluntariamente.

Na área de Turismo, as informações são basicamente coletadas pela Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR. Dados semelhantes são produzidos por organismos estaduais responsáveis pelo turismo (Paulistur, Paranatur, etc.), porém de âmbito estadual. Adicionalmente existem as fontes estatísticas do Banco Central (conta de turismo, no Balanço de Pagamentos do Brasil), da Organização Mundial de Turismo - OMT e de publicações especializadas como Gazeta Mercantil e Revista Visão.

As estatísticas levantadas pela EMBRATUR são agrupadas em quatro blocos, segundo o tipo de publicações, a saber:

1 - Anuários Estatísticos: incluem dados relativos aos fluxos de turismo, receitas e despesas da conta de turismo do Brasil , distribuição dos meios de hospedagem, por Unidade da Federação, número das em-

presas registradas na EMBRATUR (agências de turismo, hotéis e transportadoras), produção e comissão das agências de viagens, dados de incentivos fiscais e dados do turismo internacional.

2 - Sistema de Indicadores de Turismo: refere-se ao mesmo tipo de estatísticas do anuário, porém com nível de agregação maior. Sua periodicidade é ora trimestral, ora mensal.

Para estes dois tipos de publicações, os dados são obtidos junto ao Departamento da Polícia Federal, Departamento de Aviação Civil - DAC, Cadastros das Empresas de Turismo, Organização Mundial de Turismo, Banco de Desenvolvimento e DIGITUR (empresa privada que presta serviços de estudos sobre o Turismo).

3 - Indicadores Básicos de Ocupação Hoteleira: de periodicidade mensal, se refere à relação entre as unidades habitacionais ofertadas e demandadas (ocupação hoteleira, permanência média e hóspedes por aposento). Os dados são obtidos através das Fichas Nacionais de Cadastro e Registro de Hóspedes e outros.

4 - Pesquisa sobre Turismo Emissivo e Receptivo Internacional: pesquisa por amostragem realizada três vezes ao ano (a periodicidade de publicação é anual) através de entrevistas aos turistas junto aos principais portões de entrada e saída do Brasil. Tem como objetivo caracterizar os fluxos turísticos internacionais, ou seja, a Conta Turismo do Brasil.

As estatísticas produzidas pelo Banco Central para Conta Turismo, do Balanço de Pagamentos, são obtidas a partir dos contratos de câmbio (mercado de câmbio oficial), fornecidos obrigatoriamente a cada mês, pelos bancos autorizados à compra e venda de dólar.

A OMT - Organização Mundial de Turismo, publica Anuários subdivididos em dois volumes. O volume I contém: chegadas de visitantes nas fronteiras; chegadas e pernoites por tipo de alojamento; meio de transporte e motivo de visita, capacidade de alojamento, receitas e gastos turísticos, por agregados mundiais, regionais, e por países das principais estatísticas de turismo internacional e nacional. O volume II contém para 150 países e territórios, dados detalhados e desagregados por países de origem dos totais de chegadas,, pernoites, meios de transporte, motivo de visita, receita e gastos turísticos. Adicionalmente, contém dados a respeito de saídas dos residentes do principais países emissores em viagens, para o exterior, desagregados segundo o país e a região de destino.

Ao lado de fontes estatísticas abrangentes, como as mencionadas, existem publicações especializadas que tem a preocupação de identificar o desempenho setorial na economia brasileira, porém a qualidade da cobertura é diferenciada, tanto a nível intra como inter setorial. Nestas publicações, como Balanço Anual (Gazeta Mercantil) ou Quem é Quem (Visão), são publicados dados de balanço patrimonial e indicadores de desempenho e, em alguns casos, o numero de pessoas ocupadas para ca-

da empresa listada, dentro de uma classificação de atividades própria a cada editor.

Finalizando, para diversos outros segmentos de Serviços (como, por exemplo, os Auxiliares de Transporte, Diversão e Cultura, Rádio e Televisão), existem informações parciais, que só permitem avaliar a disponibilidade dos serviços e não o desempenho do setor. Para alguns segmentos, entretanto, como é o caso de Serviços Pessoais; Reparação, Manutenção e Instalação; Higiene e Estética Pessoal, não existem outros indicadores, que não aqueles derivados de pesquisas de caráter censitário (Censos Econômicos, Demográfico e RAIS).

4.3 - PROPOSTAS PARA DISCUSSÃO

Na construção de um sistema estatístico que dê conta dos vários aspectos a serem considerados na análise da prestação de serviços alguns elementos são fundamentais. A definição das variáveis investigadas, periodicidade e metodologia de pesquisa são tão importantes quanto a disponibilidade de um cadastro atualizado de informantes e de uma classificação adequada das atividades, elementos básicos para levar a bom termo esta tarefa.

Apresenta-se a seguir uma proposta geral de que rumos seguir no sentido de cobrir as lacunas de informação sobre o setor. Em linhas gerais, constata-se que os vários segmentos de serviços devem ser investigados isoladamente na definição e implantação de pesquisas. Por outro lado, no que se refere a escolha das prioridades entre os gêneros de serviços, deverão ser considerados a importância da atividade no conjunto da prestação de serviços, seja quanto a geração de receita seja quanto a geração de pontos de trabalho e rendimento, e ainda o grau de concentração da atividade, visto pelo número de empresas que nele atuam.

A periodicidade e abrangência dessas pesquisas são aspectos sempre presentes. Numa situação onde os recursos são escassos, a possibilidade de maior cobertura das atividades de prestação de serviços passa pela conjugação destas três variáveis de decisão. Deve-se examinar a propriedade de pesquisas que reflitam o desempenho e organização de segmentos da atividade em anos alternados de forma tal a se obter maior conhecimento e cobertura do setor.

Por outro lado o crescimento dos serviços está intimamente ligado à urbanização e concentração espacial de atividades econômicas, o que sugere que pesquisas piloto, abrangendo apenas regiões metropolitanas ou as unidades da federação mais importantes quanto à parcela da população urbana e quanto à sua participação na geração do PIB, podem significar um avanço na compreensão do setor.

E, finalmente, deve-se considerar a possibilidade de firmar convênios e/ou acordos com entidades públicas e privadas, preservados o sigilo e uso das informações, para investigação de segmentos setoriais ou aspectos específicos da atividade.

NOTAS

(1) Baseado no texto "O Desenvolvimento do Sistema Estatístico Nacional" - Marilda A. Dias - IBGE, 1988.

(2) O IBGE vem empreendendo esforços para melhor captar a parcela da atividade econômica exercida por autonômos e empresas não regulares através da PNAD - 1989 e da expansão dos estudos e pesquisas de campo na área.

(3) O DEAGRO do IBGE realizou em 1987 e 1988 pesquisa para avaliação dos custos e margens do sistema de comercialização de produtos agropecuários por amostra (corte) nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catariana, São Paulo, Minas Gerais e Goiás.

(4) A definição do recorte operacional de 40.000 ORTNs foi feita baseada em estudos realizados através do Censo Comercial de 1985 e de informações do Anuário IRPJ de 1985. Vide "O Recorte Operacional na PAC - DIPLA/DECSE.

(5) O Cadastro RAIS informa apenas o código da atividade principal e nº de pessoas ocupadas.

(6) Os últimos dados publicados a nível Brasil são de dezembro de 1988.

(7) Os trabalhos de processamento de dados, tabulações e estatísticas, vem sendo realizados nos últimos anos pela empresa A.C. Nielsen de São Paulo.

(8) Departamento de tansportes é uma unidade de operação pertencente a uma única empresa onde se desenvolvem atividades de distribuição e transferência de produtos fabricados, beneficiados e/ou comercializados pela empresa, de coleta de matérias-primas ou produtos a serem comercializados, bem como de transporte coletivo de funcionários.

(9) Desde que satisfeitas as seguintes condições para a sua caracterização em um endereço onde eram desenvolvidas outras atividades econômicas:

- existência de registros contábeis, econômico-financeiros que permitissem a desagregação das informações solicitadas; e

- existência de pelo menos 10 (dez) pessoas ocupadas em caráter fixo e permanente, considerando-se a média dos meses de funcionamento em 1985.

(10) Embora estes segmentos se classifiquem como "indústria", no sentido de produzirem bens, neles são também identificadas atividades que poderiam ser incluídas no "Novo Terciário". A título de exemplo no segmento de Computadores e Periféricos, cerca de 45% do total de faturamento, advém das formas de comercialização do tipo indireta (19,8%), leasing (16,7%) e aluguel (19%).

TEXTOS PARA DISCUSSÃO já publicados :

- PESQUISAS CONTÍNUAS DA INDÚSTRIA, vol. I, n. 1, jan. 1988
- PESQUISAS AGROPECUÁRIAS CONTÍNUAS : METODOLOGIA, vol. I, n. 2, 1988
- UMA FILOSOFIA DE TRABALHO : AS EXPERIÊNCIAS COM O SNIPC E COM O SINAPI, vol. I, n. 3, mar. 1988
- O SIGILO DAS INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS : IDÉIAS PARA REFLEXÃO, vol. I, n. 4, abr. 1988
- PROJEÇÕES DA POPULAÇÃO RESIDENTE E DO NÚMERO DE DOMICÍLIOS PARTICULARES OCUPADOS : 1985-2020, vol. I, n. 5, mai. 1988
- CLASSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES E PRODUTOS, MATÉRIAS-PRIMAS E SERVIÇOS INDUSTRIAIS : INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL E DE TRANSFORMAÇÃO, vol. I, n. 6, ago. 1988
- A MORTALIDADE INFANTIL NO BRASIL NOS ANOS 80, vol. I, n, 7, set. 1988
- ENSAIO SOBRE O PRODUTO REAL DA AGROPECUÁRIA, vol. I, n. 9, set. 1988
- PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS PESQUISAS ECONÔMICAS, SOCIAIS E DEMOGRÁFICAS, vol. I, Número Especial, out. 1988
- NOVO SISTEMA DE CONTAS NACIONAIS, ANO BASE 1980 - RESULTADOS PROVISÓRIOS, vol. I, n. 10, dez. 1988
- PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES - METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DAS INFORMAÇÕES DE CAMPO, n. 11, jan. 1989
- DE CAMPONESA A BOIA-FRIA : TRANSFORMAÇÕES DO TRABALHO FEMININO, n. 12, fev. 1989
- PESQUISAS ESPECIAIS DO DEPARTAMENTO DE AGROPECUÁRIA - METODOLOGIA E RESULTADOS, n. 13, fev. 1989
- BRASIL - MATRIZ DE INSUMO-PRODUTO - 1980, n. 14, maio 1989
- AS INFORMAÇÕES SOBRE FECUNDIDADE, MORTALIDADE E ANTICONCEPÇÃO NAS PNAD's, n. 15, maio 1989
- AS ESTATÍSTICAS AGROPECUÁRIAS E A IIIa. CONFERÊNCIA NACIONAL DE ESTATÍSTICA, n. 16, junho 1989
- BRASIL - SISTEMA DE CONTAS NACIONAIS CONSOLIDADAS, n. 17, agosto 1989

- BRASIL - PRODUTO INTERNO BRUTO REAL TRIMESTRAL - METODOLOGIA, n. 18, agosto 1989
- ESTATISTICAS E INDICADORES SOCIAIS PARA A DÉCADA DE 90, n. 19, setembro 1989
- UMA ANÁLISE DO COTIDIANO DA PESQUISA NO DEREN (AS ESTATÍSTICAS DO TRABALHO), n. 20, outubro de 1989
- COORDENAÇÃO ESTATÍSTICA NACIONAL - REFLEXÕES SOBRE O CASO BRASILEIRO, n. 21, novembro 1989
- PESQUISA INDUSTRIAL ANUAL 1982/84 - ANÁLISE DOS RESULTADOS, n.22, novembro 1989

Para informações e consulta dirigir-se à :

BIBLIOTECA DA DPE

Rua Visconde de Niterói, 1.246 Bolco B, sala 510, Mangueira

Telefone : (021) 284 33 22 ramal : 303